JORNAL NOROESTE

"Deus seja louvado"

Sexta-feira, 11 de Agosto de 2023

😝 💟 🎯 🗆 🖵 🛭

Ano 29 - Edição 1522

www.jornalnoroeste.com | Edição Regional

contato@jornalnoroeste.com

Ampla aceitação: Pesquisa aponta 91,40% de aprovação da Administração Municipal de Atalaia

Realizada pela Ágili Pesquisas, contratada pelo Jornal Noroeste, a pesquisa empregou método de amostragem quantitativa estratificada para consultar cidadãos maiores de 16 anos em Atalaia.



O levantamento foi baseado em uma amostra de 220 entrevistados que compõem os moradores das regiões investigadas, conforme dados do IBGE. Comparando com o levantamento anterior realizado em janeiro deste ano, nota-se um aumento na aprovação por parte dos cidadãos do município, tendo passado de 90,42% para 91,40%, representando um acréscimo de 0,98 pontos percentuais.

RELIGIOSIDADE

Comunidade Católica dedica a Semana da Família 2023 com reflexões sobre vocações

Foto: Alex Fernandes França



Entrevistado pela nossa equipe, o Padre Sidney Fabril, da Paróquia Sagrado Coração de Jesus de Nova Esperança, compartilhou que a Comunidade Católica está iniciando uma profunda reflexão sobre os valores familiares em relação às vocações, como parte central da Semana da Família 2023.

PÁG. 3



CALHAS, RUFOS, COIFAS, CAIXAS TÉRMICAS, **EXAUSTORES GRADES, PORTÕES,** COBERTURAS EM ESTRUTURAS METÁLICAS

ORÇAMENTOS SEM COMPROMISSO.



🗣 Av. Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, 875 | Centro | Nova Esperança - PR

Sexta-feira, 11 de Agosto de 2023



O perigo do ativismo religioso como estratégia eleitoreira

A relação entre religião e política sempre foi uma questão delicada, com o potencial de influenciar profundamente os processos democráticos. Nas últimas décadas, temos observado um fenômeno alarmante: o crescente uso do ativismo religioso como plataforma eleitoreira e ferramenta de favorecimento político, seja nas esferas municipais, estaduais ou nacional. Candidatos políticos têm se aproveitado da fé alheia como uma estratégia para conquistar popularidade e, consequentemente, angariar votos. A coluna Em Foco desta edição levanta sérias preocupações sobre a integridade do sistema democrático e a separação entre religião e Estado.

O ativismo religioso transformado em estratégia eleitoral é uma forma de manipulação emocional que explora a fé profundamente enraizada nas comunidades. Candidatos astutos aproveitam a influência das instituições religiosas para promover sua imagem e agendas políticas, muitas vezes deturpando ou exagerando sua própria crença religiosa para criar uma conexão artificial com os eleitores.

Essa manipulação da fé alheia pode ser especialmente preju-

dicial, pois explora as vulnerabilidades emocionais das pessoas, minando sua capacidade de discernir a diferença entre o compromisso genuíno com valores religiosos e a exploração oportunista desses valores para fins políticos.

Uma das bases fundamentais das democracias modernas é a separação entre religião e Estado. Essa separação garante a igualdade de direitos e a liberdade de religião para todos os cidadãos, independentemente de sua fé ou crença. O uso do ativismo religioso como plataforma eleitoreira ameaça diretamente essa separação, pois sugere que determinada religião ou sistema de crenças é mais legítimo ou valioso do que outros.

Quando candidatos se apresentam como defensores de uma determinada fé, estão efetivamente excluindo ou marginalizando aqueles que não compartilham dessas crenças. Isso pode criar divisões na sociedade e corroer a coesão social, comprometendo a capacidade do governo de representar e atender às necessidades de todos os cidadãos de maneira justa.

O filósofo alemão, um dos principais pensadores do Iluminismo, Immanuel Kant (1724-1804), defende a ideia de que, quando os líderes políticos abusam da religião para seus próprios fins, transformam uma fonte de iluminação espiritual em uma ferramenta de manipulação e opressão.



Uma das bases fundamentais das democracias modernas é a separação entre religião e Estado"



O uso do ativismo religioso como estratégia eleitoral muitas vezes desvia o foco dos problemas e desafios reais que um povo enfrenta. Candidatos podem usar discursos fervorosos sobre valores religiosos para distrair os eleitores de questões cruciais, como economia, educação, saúde e políticas públicas. Esse desvio de atenção pode impedir um debate público saudável e informado, prejudicando a tomada de decisões baseada em fatos e evidências.

O ativismo religioso usado como plataforma eleitoreira e ferramenta de favorecimento político é um fenômeno preocupante que ameaça os princípios fundamentais da democracia e da separação entre religião e Estado. Candidatos que exploram a fé alheia para obter popularidade e votos estão minando a integridade do processo democrático e criando divisões na sociedade. É crucial que os eleitores estejam cientes dessas táticas manipuladoras e busquem candidatos que se comprometam com uma política baseada em princípios sólidos e na busca pelo bem comum, em vez de se aproveitarem da fé das pessoas para seus próprios ganhos políticos.

> Alex Fernandes França é Administrador de Empresas, Teólogo, Historiador e Mestrando em Ensino pelo PPIFOR - UNESPAR

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste



Um olhar de pesquisador

É difícil, no universo das pesquisas, encontrar um objeto intocado. Uma tese de doutorado, por exemplo, que traz em si alguma pretensão e até exigência de ineditismo, na verdade, dificilmente é inédita. Em certas ocasiões, o ineditismo se dá em apenas um parágrafo ou em uma página. Todavia, não significa que com isso, a saber, com a falta de ineditismo, não existe uma tese, pois esta é muito mais uma profunda discussão/avanço/crítica sobre determinado assunto do que um achado inédito.

A título de exemplificação, cabe um caso dentro das humanida-

des. Quando se é proposto um trabalho sobre adolescência/juventude, não há como falar desse período da vida como uma "coisa em si", deslocada do que faz ou do que pensa um adolescente. Não há nada no interior do indivíduo daquela faixa etária (ou de qualquer outra) que o pesquisador possa dizer: "eis aí a essência". Nesse registro, um estudo sobre a adolescência deve se focar em hábitos e pensamentos correlacionados a esse período da vida. Apenas uma observação: por mais que possam existir peculiaridades entre adolescência e juventude, como a faixa etária, as tomarei como sinônimos nesse texto, para não precisar distinguir o tempo todo um termo do outro.

Como consequência direta do parágrafo anterior, algo que é até uma obviedade, todo estudo sobre puberdade, namoro, escola, alunos e professores, primeiro emprego, desobediência, medo, ansiedade, pais e filhos, e força física, direta ou indiretamente toca na juventude. Logo, tanto mais será compreendido esse período da vida quanto mais forem estudados os seus entornos.

Nos dois parágrafos anteriores foi relacionada a juventude à faixa etária, porém, às vezes ela é um estado de espírito. Ainda assim, o mesmo pode ser dito quanto a esse segundo exemplo se comparado com o anterior (do período etário), visto que os entornos são sempre importantes. Eis questões que devem perpassar o universo do pesquisador: como se caracteriza o estado de juventude? Como que o indivíduo jovem (mesmo tendo, por exemplo, quase cem anos) se relaciona com a vida? A partir de posturas vigorosas, cheias de energia física (às vezes relativa) e mental (mais efetiva)? A partir de uma mente sempre aberta, disposta ao novo? Também se observa nessa situação que a pretensa "coisa em si", no caso, a pura juventude, não existe, ela só existe se relacionada com determinados assuntos e con-

Em síntese, a dica a todo pesquisador, de qualquer nível de estudo, é que pesquise tudo o que conseguir sobre o que se propôs a estudar e perceba que há uma ligação, ora mais forte, ora mais fraca, sobre certos temas. Nada está solto no ar. Tanto mais a bibliografia for conhecida, mais a pesquisa será rica. O mero trabalho erudito, no entanto, não é suficiente por si só para uma boa pesquisa; é o meio, mas não o fim. O salto de qualidade está na criatividade, no olhar distinto do pesquisador, que o colocará além da reprodução do que já foi dito. No entanto, criatividade não é sinônimo de arrogância, de autossuficiência. Ciência não rima com autossuficiência. A criatividade é o cerne de uma boa pesquisa, logo, de uma boa tese e também de um bom artigo.

> Felipe Figueira é doutor em Educação e pós-doutor em História. Professor de História e Pedagogia no Instituto Federal do Paraná (IFPR) Campus Paranavaí.

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste



Agosto branco: valorize a sua vida, diga não ao cigarro

Na manhã desta segunda-feira (7), no Rio de Janeiro o Brasil chorou a morte de uma grande atriz brasileira, aos 83 anos Aracy Balabanian vem à óbito, na Clínica São Vicente, na Gávea, zona sul da cidade. Atriz que nos emocionou e nos alegrou tantas vezes, mas, por decorrência de complicações de um câncer no pulmão acabou falecendo.

Coincidência ou não, o mês de agosto, é o chamado de Agosto Branco, que chama a atenção sobre o câncer do pulmão. O mês é voltado para a prevenção e conscientização para o câncer do pulmão, um tumor frequente, e que precisa de atenção.

Segundo estimativas do Instituto Nacional do Câncer (INCA), é esperado para o ano de 2023, 32.560 novos casos, sendo que 18.020 em homens (terceiro câncer mais comum) e 14.540 casos novos em mulheres (quarto mais comum).

Em 1986, diante de um problema grave de saúde pública, foi decretado através de uma Lei Federal nº 7.488, que o dia 29 de agosto, como sendo, o Dia Nacional de Combate ao fumo.

O fumo é a causa mais comum para o aparecimento de Câncer de Pulmão, este câncer é o tipo mais letal, e acomete tanto, homens como mulheres. No Brasil, é a principal causa de óbito pela doença entres homens, e é a segunda entre as mulheres.

Como todo o câncer quando mais cedo descobrir, mais fácil e eficaz será o tratamento, porém, a maioria dos diagnósticos são tardios, pois, os sintomas geralmente aparecem quando a doença já se encontra em um estágio avançado.

Então, é muito importante sempre procurar fazer exames períodos, e consultar regularmente um médico de sua confiança.

Pois bem, o cigarro é responsável por 85% dos diagnósticos, porém, outros fatores também podem aumentar o risco para o desenvolvimento da doença, como: exposição à poluição do ar, agentes químicos ou físicos; doenças como enfisema pulmonar e bronquite crônica; fatores genéticos; entre outros.

Os principais sinais de alerta são: falta de ar, fadiga ou cansaço, perda de peso sem motivo aparente, perda de apetite, tosse persistente por mais de 30 dias, tosse com sangue, escarro com sangue, dor torácica, e rouquidão persistente.

Se perceber alguns destes sintomas procure o médico, este fará uma investigação por meio de exames clínicos, laboratoriais ou radiológicos, podendo até realizar uma biópsia.

Depois de confirmada o tumor, será feito o estadiamento da doença, ou seja, investigar se o tumor não se espalhou para outros órgãos ou tecidos, formando metástases.

Só depois de conhecido o estadiamento, poderemos tratar. O tratamento inicial é feito através de cirurgias, mas, dependendo da situação, pode ser necessário agregar outros tratamentos como a quimioterapia, a radioterapia, a imunoterapia, e a terapia alvo, podendo ser combinadas ou não, às vezes nem é preciso fazer cirurgia, cada caso é um caso.

O tratamento é definido por uma equipe multidisciplinar que analisa cada caso composta geralmente por fisioterapeuta, pneumologista, oncologista, fonoaudiológico, psicólogo, nutricionista, todos unidos para o sucesso do tratamento.

A prevenção é evitar o tabaco e estar próximo de fumantes, o fumante tem 25 vezes mais chances de desenvolver o Câncer de Pulmão do que o não fumante, mas se você convive, ou inala a fumaça de um fumante você também, tem um risco aumentado de desenvolver a doença. Tenha uma dieta balanceada, faça exercícios físicos, recomendações estas que, diminui risco para qualquer tipo de câncer. Evite se expor a agentes químicos como: urânio, arsênico, cromo e cloreto de vinila.

O Câncer de pulmão tem uma causa bem definida, que é o ato de fumar, ora se conhecemos a causa, porque continuar a fumar? É hora de parar de fumar, tenha fé, você consegue. Talvez você precise de ajuda. Procure ajuda, não desista. Vá até um psicólogo, ao médico ou a uma UBS, o SUS oferece tratamento gratuito para

ajudar você a parar de fumar. Diga não ao cigarro e sim à vida. A melhor prevenção é não fumar e adotar um estilo de vida saudável. Lembre-se disto.

Ana Maria dos Santos Bei Salomão

é enfermeira Obstetra e Especialista em Fisiologia Humana

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste



EXPEDIENTE

DIRETORES PROPRIETÁRIOS: Allexander Fernandes França | Osvaldo da Costa Paiva Filho | José Antônio Rodrigues da Costa

Permitido a utilização dos textos, desde que citada a fonte

NOROESTE

Jornal Noroeste Agora LTDA - ME CNPJ 02.196.872/0001-00 l. Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto, 354 fala 101 - Nova Esperança - PR FONE/FAX: (44) 3252-3908

E-mail: contato@jornalnoroeste.com

CIRCULAÇÃO

Nova Esperança, Maringá, Alto Paraná, Atalaia, Presidente Castelo Branco, Floraí, Uniflor, Santa Fé e Paranacity.

PROGRAMAÇÃO VISUAL

(Jornal Noroeste)

Kaio Kauffman

* O JN não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados

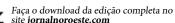
opinião do Jornal Noroeste, que reproduz em exercício da sua atividade jornalística e

* Os Artigos, Colunas e comentários publicados não refletem, necessariamente, a

diante da liberdade de expressão e comunicação que lhe são inerentes.

IMPRESSÃO

Grafinorte S/A CNPJ: 03.758.336/0001-06









O Jornal Noroeste tem circulação bissemanal no formato impresso e digital, sendo órgão oficial dos municípios de Nova Esperança, Pres. Castelo Branco e Santa Fé

Sexta-feira, 11 de Agosto de 2023

Comunidade Católica celebra a Semana da Família 2023 com foco nas vocações

O Pároco, Pe. Sidney Fabril conversou com a reportagem e disse que a Comunidade Católica de Nova Esperança adentra em uma jornada de reflexão sobre os valores familiares voltados às vocações durante a Semana da Família 2023

Alex Fernandes França alexnoroeste@hotmail.com

A Comunidade Católica de Nova Esperança está se preparando para uma semana repleta de amor, união e reflexão, com a aguardada Semana da Família 2023, que acontecerá entre os dias 12 e 20 de agosto. Com o lema "Família, Fonte de Vocações", o evento busca fortalecer os laços familiares e destacar a importância das vocações dentro dos lares e da comunidade como um todo.

Os Padres Sidney Fabril e Michel Soares estão liderando essa jornada espiritual e de conexão entre as famílias locais. Com inspiração e orientação dos religiosos, a comunidade está se unindo para criar momentos significativos e memoráveis durante essa semana especial.

A programação diversificada da Semana da Família oferece algo para todos os membros da família, independentemente da idade. A abertura será marcada por missas no sábado, (12), e no domingo (13), unindo corações em oração e celebração. "Cada dia traz uma



"Celebrando o amor, a união e as vocações na Semana da Família 2023 de Nova Esperança. Um evento que fortalece laços e inspira corações", salientou o Pe. Sidney Fabril

missa dedicada a diferentes grupos familiares, como casais que esperam filhos, crianças, adolescentes e casais que comemoram bodas de casamento", disse o

A ligação entre arte e espiritualidade será explorada com a apresentação teatral "As Três Marias", que promete encantar e inspirar

a todos na segunda-feira, 14 de agosto. Além disso, o Coral Arquidiocesano de Maringá trará sua harmonia vocal na terça-feira, 15 de agosto, proporcionando um momento de contemplação e beleza.

Desafio vocacional

Uma ênfase especial na reflexão vocacional está presente na programação

através do Desafio Vocacional, uma gincana que se estenderá por todo o mês de agosto. Essa atividade desafia as famílias a participarem de ações solidárias, como arrecadação de alimentos e coleta de materiais de higiene, além de momentos de oração e reflexão, como a Hora Santa Vocacional e o Cine Voca-

ção. O Padre Sidney Fabril destaca: "Esse desafio não apenas fortalece a comunidade, mas também nos lembra da importância de encontrar nossa própria vocação e propósito de vida".

A semana culminará em um domingo (20) repleto de atividades, começando com um Campeonato de Beach Tênis na New Beach Arena. "Em seguida, todos estão convidados a participar da Missa de Encerramento, também na arena, marcando o término de uma semana de reflexão, celebração e conexão familiar", explicou o Padre Sidney Fabril.

A Comunidade Católica de Nova Esperança convida calorosamente todos os moradores e fiéis a se juntarem a eles na Semana da Família 2023, guiados pelos Padres Sidney e Michel, e a fortalecerem os laços familiares enquanto exploram o significado mais profundo das vocações em suas vidas. Para mais informações sobre a programação e o Desafio Vocacional, os interessados podem entrar em contato com os coordenadores de suas comunida-

"Que essa semana seja uma oportunidade para todas as famílias se unirem em amor e reflexão, reconhecendo-se como verdadeiras fontes de vocações e valores que enriquecem a comunidade de Nova Esperança", finalizou o Pároco, Pe. Sidney Fabril, que falou com a reportagem.



Opinião do Blog

Governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo-MG) estimula o preconceito ao Nordeste e quer dividir o Brasil

O bolsonarista Romeu Zema, governador mineiro, reafirmando a sua posição de candidato da direita radical à eleição presidencial de 2026, já que Bolsonaro é inelegível por causa de suas mentiras, falcatruas e ideias golpistas, resolveu apelar ao preconceito regional, tentando jogar o Sul e Sudeste contra os nossos irmãos do Nordeste.

Zema, como governador, deveria estar melhor informado que a migração nordestina ou êxodo nordestino foi um movimento migratório secular de populações oriundas da região nordeste do país (por causa das desigualdades sociais) para outras partes de nosso território durante os ciclos da cana de açúcar, borracha, do ouro, do café, construção civil, industrialização, vieram principalmente para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e posteriormente Minas Gerais. Milhares de nordestinos ao virem para outros estados do país, acabaram ficando em Minas Gerais, divisa com a Bahia, pelo seu progresso, não somente na capital como entorno dela. Como se vê, o progresso de Minas Gerais e praticamente de todo o país se deve aos nossos irmãos nordestinos.

Com as mesmas ideias de Bolsonaro, Zema acha que o Nordeste não sabe votar porque votou no conterrâneo Lula, ao contrário do Sul e Sudeste, estados mais ricos da federação, que costumeiramente votam na direita, em gente rica. Com essas ideias bolsonaristas, jamais o mineiro será uma liderança nacional.

Uma coisa é fato. Lula durante os seus governos anteriores, assim como Dilma, ajudaram no crescimento do Nordeste, durante muitos anos abandonado, e que hoje é uma potência e parte da solução do país e deve participar das discussões nacionais em todos os sentidos. Ao que parece, Zema esquece que o Brasil é uma nação federativa. Esse tipo de comportamento do governador mineiro somente alimenta a violência e o radicalismo no país. Zema não passa de um político tosco, ignorante e preconceituoso. Afinal, quem disse que o Sul quer Zema?

Coisas do Cotidiano

Bombas Atômicas em Hiroshima e Nagasaki, nos dias 6 e 9 de agosto de 1945. Há 78 anos os Estados Unidos, por ordem de seu presidente, Henry Truman, lançaram duas bombas atômicas nessas cidades japonesas que foram os únicos ataques dessa natureza até hoje contra alvos humanos. As bombas foram lançadas para obrigarem os japoneses a se renderem durante a segunda guerra mundial em 1945 e foi realmente o que aconteceu. Morreram milhares de pessoas (não se sabe o número exato) e até hoje ainda nascem crianças com problemas genéticos ocasionados pela radioatividade das bombas;

- Por que prenderam somente Silvinei Vasques, ex diretor da Polícia Federal? No domingo, 30/10/2022, dia das eleições presidenciais para o segundo turno, Silvinei havia deslocado viaturas e policiais rodoviários federais para fazerem blitz em municípios ou próximos de municípios em que o candidato Lula tivesse acima de 75% de votos na região Nordeste. Essa mesma blitze não foi realizada nos Estados do Sul porque era onde concentrava os eleitores de Bolsonaro. As abordagens aos ônibus, motoristas, foi uma coisa absurda, atrasando a pedido de Silvinei, a chegada dos eleitores nas urnas de votação. Foi uma vergonha! Muitos eleitores nordestinos denunciaram a imprensa e chegou aos ouvidos do presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, que constatou a veracidade dos fatos. Comprovado a denúncia no inquérito, Silvinei foi preso. Resta a saber, por que Silvinei teve essa conduta? Merece cadeia como ele, quem mandou tomar tal atitude.
- O que é a Ozonioterapia? Nada mais é do que uma terapia auxiliar pelo uso da mistura dos gases ozônio (O3) e oxigênio(O2) e tem como objetivo de proporcionar ação anti-inflamatória e analgésica, ao oxigenar os tecidos de diferentes partes do corpo, fortalecer o sistema imunológico e eliminar microrganismos que podem causar infecções. Lula não deveria ter assinado o uso da ozonioterapia (pressionado pelo Congresso) pois ainda há controvérsia entre os cientistas de todo o mundo sobre a eficácia de seu uso. De acordo com a ANVISA, no Brasil, por enquanto, a ozonioterapia está autorizada o seu uso apenas pelos dentistas e
- Ensino sem papel. A Suécia chegou a conclusão. Ao recusar os livros distribuídos pelo Ministério de Educação através do Plano Nacional de Livros Didáticos, substituindo-os pela tecnologia digital, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, através do governador Tarcísio de Freitas e o secretário Renato Feder, deixarão de ofertar ao aluno o uso do livro, podendo ser o único espaço que o aluno tem para ter um livro, um importante recurso pedagógico. O recurso digital é apenas um aliado. As melhores escolas particulares do país usam os livros do Plano Nacional de Livros Didáticos. O Ministério Público vai investigar o porquê deste conflito de interesse de Feder que é sócio da Multilaser, empresa que vendeu computadores para a sua Secretaria de Educação? Enquanto isso, a Suécia, pioneira em tecnologia de educação, depois de algum tempo, desistiu do método de ensino digital retornando aos livros didáticos impressos nas escolas, investindo milhões na compra de livros. "Os livros oferecem benefícios que a tecnologia não pode substituir," afirmou a ministra sueca Lotta Edholm, da Educação;
- Exposição de livros mostra A leitura a Viajar no Tempo. Está acontecendo em São Paulo uma exposição sobre dezenas de livros antigos pertencentes a bibliotecas cujas as escolas já fecharam as portas. Obras interessantes, encadernações raras, devem ser vistas por aqueles que gostam de folhear as páginas das obras que leem. O livro tem e sempre terá o seu lugar cativo;
- Maior Devastador da Amazônia, é preso pela Polícia Federal, depois de tantas e tantas vezes o Ibama denunciar o fazendeiro Bruno Heller, responsável por dizimar a Floresta Amazônica em área correspondente a 4 vezes a Ilha de Fernando de Noronha.

A PF confiscou 16 fazendas, 10 mil cabeças de gado e bloqueou R\$ 116 milhões do investigado que deverá ser o que vai ser gasto para a recuperação do desmatamento;

- UNESCO pede o óbvio: alunos não devem usar celular durante o horário de aulas. A Unesco alerta aos senhores pais e professores para o risco de alunos usarem celular em sala de aula e ainda os excessos de tecnologia na educação. Para a entidade, os alunos ficam muito dispersivos, totalmente desinteressadso no aprendizado. Diversos países no mundo já tomaram tal decisão. No Brasil, Rio de Janeiro foi o primeiro estado a tomar tal atitude.
- DREX será a primeira moeda virtual oficial do Brasil e também chamada de Real Digital. Na prática, ela servirá como uma nova expressão das cédulas físicas, já emitidas pelo Banco Central e será garantida pelos mesmos fundamentos e pelas mesmas políticas econômicas que determinam o valor e a estabilidade do real convencional, permitindo transações financeiras, transferências, e pagamentos, por exemplo.
- Novo Ensino Médio, proposto pelo MEC, vai ter mais aula obrigatória e o ensino será integral. O Novo Ensino Médio permitirá que o jovem opte por uma formação profissional e técnica dentro da carga horário do ensino médio regular. Ao final de três anos os sistemas de ensino deverão certifica-lo no ensino médio e no curso técnico ou nos cursos profissionalizantes que escolheu;
- Centrão continua apoiando Lula na base do dinheiro. Enquanto não forem atendidas as reivindicações da reforma ministerial, assim como as suas novas exigências de verbas para os partidos e parlamentares do grupo, nada será votado;
- Adeus Copel! Esta empresa paranaense de Energia Elétrica foi privatizada sendo que agora 70% pertence a investidores brasileiros e 30% a investidores estrangeiros. O povo não entendeu por que vender uma empresa que dava um lucro fantástico? Mais de 5 bilhões de reais foi o lucro com a venda das ações do governo do Paraná.

Entrelinhas

Parabéns pelo "niver" e muitos anos de vida para Leandro Fernandes Cripa Rodrigues (11/8), Zezinho Martins (13/8), Michael Trevisan (13/8), Rosi Ortega (14/8), meu grande amigo dr. Mohamad Hussein Abdallah (15/8), Daniel Scremin Carneiro (15/8), Luiz Menotti (15/8) e Angélica Delongui de Freitas Almeida (15/8).Caminhar 2.337 passos por dia já reduz o risco de doenças cardíovasculares.*** Tribunal Superior Eleitoral (TSE) empossa a advogada Edilene Lobo, a primeira magistrada negra a integrar a Corte.*** Comissão de Ética da Câmara vota pelo arquivamento de processos de cassação da deputada Carla Zambelli.***Morre a excepcional atriz, Aracy Balabanian, aos 83 anos.***Quase um milhão e setecentos mil indígenas fazem parte da população brasileira, segundo IBGE.***Evidências científicas mostram que livros em papel ainda são meios mais eficientes para ensinar a leitura crítica.***Band vai transmitir jogos de futebol da Liga da Arábia Saudita onde jogarão os craques Cristiano Ronaldo, Benzema, Firmino e outros.***O Beatle Paul MacCartney,81, anunciando o seu retorno ao Brasil para novos shows, a partir de novembro. Curitiba está no roteiro. *** "Você não pode ensinar nada a ninguém, mas pode ajudar as pessoas a descobrirem por si mesmas." (Galileu Galilei 1564-1642, astrônomo e matemático italiano conhecido como "pai da ciência moderna." As 4 invenções mais importantes desse gênio foram o telescópio, bússola, termômetro e o relógio de pêndulo).-

Edição impressa produzida pelo Jornal Noroeste com circulação bissemanal em bancas e assinantes

As versões digitais e as íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://jornalnoroeste.com/post/publicidade-legal Acesse também através doQR CODE ao lado

PUBLICIDADE LEGAL

Os arquivos foram enviados pelo município e publicados da sua maneira original, sem qualquer alteração ou redução no tamanho da fonte

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Autoriza o Poder Executivo Municipal a desc

Autoriza o Pouer Executivo municipal a desaproprior e indenizar o proprietário do data de terras sobo nº 16, da quadra nº 18, com a área de 600,00 metros quadrados, situada na Vila Regino, declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 5.944, de 21 de junho de 2023, e dá

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545

Gestão 2021 - 2024 *REPUBLICAÇÃO

LEI N.º 2.937, DE 02 DE AGOSTO DE 2023

outras providências

EU. PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

32,00 metros até o ponto de partida

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desapropriar, por via amigável ou judicial, a data de terras sob o nº 16, da quadra nº 18, com a área de 600,00 metros

> "Iniciando no alinhamento predial da Av. Prof. Tasso da Silveira, segue confrontando com esta no rumo SE 08°10' na extensão de 18,75 metros; confrontando com a data 17 no rumo SO 51'50' na extensão de 32,00 metros; confrontando com a data nº 18 no rumo NO 08'10' na extensão de 18,75 metros e, finalmente confrontando com a data nº 15 no rumo NO 81'0' na extensão de 18,75 metros e, finalmente confrontando com a data nº 15 no rumo NE 81°50' na extensão de

Parágrafo único. O imóvel desapropriado tem por finalidade a ampliação do Centro al de Educação Infantil Monsenhor Lauria (CMEI Monsenhor Lauria), situado na Vila

Art. 2º Em caso de desapropriação amigável, fica o Poder Executivo autorizado a

Art. 3º Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a adotar as providências

necessárias a efetivação da desapropriação e a celebração da escritura pública respectiva de que trata a presente Lei, bem ainda a realizar as despesas decorrentes da desapropriação e

Regina, passando a integrar a categoria dos bens dominicais do Município de Nova Esperança, e, por conseguinte, o aumento da oferta de vagas em CMEIs.

pagar ao proprietário, a título de indenização, o valor de RS 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme Ata de Avaliação 01/2023 (Reunião Ordinária 27.04.2023) da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis, designada pelo Decreto nº 5.641, de 18 de fevereiro de 2022, que é parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único. Em caso de desapropriação pela via judicial, os valores a se pagos a título de indenização aos proprietários dos imóveis serão obtidos através

quadrados, situada na Vila Regina, nesta cidade e sede da comarca de Nova Esperança - PR,

devidamente matriculada sob o nº 18.919, no Cartório de Registro de Imóveis do Foro

Regional de Nova Esperança — Comarca da Região Metropolitana de Maringá, de propriedade de DELMA GOMES DA SILVA, ou a quem de direito pertencer, declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 5.944, de 21 de junho de 2023, dentro das seguintes divisas e confrontações:

ATAS, AVISOS, BALANÇOS, EDITAIS, LEILÕES E OUTRAS PUBLICAÇÕES DE ORDEM LEGAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR Rua José Peres Gonçales, 53 – Centro – CNPJ - 76.279.959/000 CEP - 87.180-000 – Fone: (44) 3135-0810

DECRETO Nº 715, DE 08 DE AGOSTO DE 2023.

SÚMULA: Nomeia membros para comporem o Conselho Municipal Segurança Alimentar e Nutricional do Municipio PRESIDENTE CASTELO BRANCO PARANÁ para o biênio 2023/2025, e dá

JOÃO PÉRICLES MARTINATI, Prefeito do Município de Présidente Castelo Branco JOAO PERICLES MARTINATI, Prefeito do Multicipio de Presidente Casalet Stato. Estado do Paraná, no exercício de seu cargo e dentro das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, II da Lei Orgânica, e CONSIDERANDO o disposto no artigo 14 da Lei Municipal n.º 999/2017.

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar o ricional - COMSEA de que trata a Lei Municipal Nº999/2017 os seguintes membros

a) REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO E SUPLENTES - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social itular: Maria Lucia Rocha Troleis; Suplente: Taynara Giró da Silva;

II - Representante da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer

III - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio

litular: Dionizio Gil Cararo; Suplente: Fernando Henrique Santos;

b) REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E SUPLENTES: I - Representante das Vilas Rurais Titular: Fatima das Graças Cobo de Oliveira

Suplente: Neusa Aparecida Lopes de Oliveira;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO.

Estado do Paraná

Rua José Peres Gonçales, 53 – Centro – CNPJ/MF 76.279.959/0001-70

CEP 87.180-000 – Tel: 3135.0810

PORTARIA Nº557/2023

O Prefeito Municipal de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83, parágrafo único, da Lei Municipal 770/2008 (Estatuto do Servidores Públicos Civis do Município de Presidente Castelo Branco-Pr), e, considerando a solicitação contida no oficio nº 101/2023, da Secretaria Municipal de Saúde:

RESOLVE: Art. 1º - Fica concedido 15(quinze) dias de férias restante ao Servidor Público Municipal, Sr. VITOR HUGO FERREIRA, ocupante do cargo de

ao período aquisitivo de 01/09/2020 á 01/09/2021; Art. 2º - A concessão das férias terá início em 22/08/2023 e término

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Efetivo de Médico Veterinário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Referente

Presidente Castelo Branco, 07 de Agosto de 2023.

JOÃO PERICLES MARTINATI PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

CONSIDERANDO a abertura de licitação que tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software de registro eletrônico e gestão em saúde com execução de serviços técnicos em manutenção (corretiva, adaptativa e evolutiva), atualização, suporte técnico, consultoria técnica, customização, implantação, de base de dados e treinamento, incluindo acompanhamento e suporte conforme cronograma de execução estabelecido entre as partes;

CONSIDERANDO a necessidade de constituir e compor Comissão Especial de Avaliação com o objetivo garantir a aderência do objeto licitado com o objeto apresentado na licitação;

O SR. MOACIR OLIVATTI, Prefeito do Município de Nova

RESOLVE:

Art. 1º CONSTITUIR uma Comissão Especial de Avaliação, que avaliará a conformidade do SOFTWARE apresentado aos termos previstos no Termo de Referência elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde e, aprovará ou não (mediante justificativa escrita e fundamentada) a prova de conformidade para a abertura de licitação para contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software de registro eletrônico e gestão em saúde com excueção de serviços técnicos em manutenção (corretiva, adaptativa e evolutiva), atualização, suporte técnico, consultoria técnica, customização, implantação, migração de base de dados e treinamento, incluindo acompanhamento e suporte conforme cronograma de execução estabelecido entre as partes, no respectivo Edital de abertura do certame.

aça, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são das pelo art. 75, inciso II, alínea "d" da Lei Orgânica Municipal

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545

Gestão 2021 - 2024

"PORTARIA Nº 15.723"



Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.994 Gestão 2021 - 2024

"PORTARIA N.º 15.725"

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 453/2023/PROJUR opinando pela concessão da licença maternidade e pelo pagamento do auxílio natalidade requerido via sistema informatizado (Memorandos 8.516/2023) e

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º c/c os arts. 99 e 141 da Lei Complementar n.º 2.510, de 23 de março de 2016 - Estatuto dos Servidores do Município de Nova Esperança;

O SR. MOACIR OLIVATTI, Prefeito do Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art. 1°. CONCEDER à servidora pública municipal EDICLEIA RODRIGUES PERRID, inscrita no CPF/MF sob o n° 050.719.659-76, Matrícula 2831, ocupante do cargo efeitvo de Assistente Social, lotda na Secretaria Municipal Assistência Social, com base no art. 2° c/c os arts. 99 e 141 da Lei Complementar n° 2.510, de 2016:

I. LICENÇA MATERNIDADE pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, reendidos entre 26 de julho de 2023 a 21 de janeiro de 2024, conforme Atestado

II. AUXÍLIO NATALIDADE, em virtude do nascimento de sua filha Laura Rodrigues Perrud, conforme Certidão de Nascimento registrada no Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais do Município e Comarca de Nova Esperança - Estado do Paraná, Matrícula nº 081398 01 55 2023 1 00045 216 0021816 87, Número da D.N.V: 30-9204111-2.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS OITO (08) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023).

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545

CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.br

SÚMULA: Designa servidores responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do Convênio firmado entre o Município de Nova Esperança e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST) e dá outras providências.

O SR. MOACIR OLIVATTI, Prefeito do Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são Esperança, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal (LOM);

Gestão 2021 - 2024

RESOLVE

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário esta Portaria entra em vigor na data

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Moacir Olivatti

(Docum

Art. 1°. DESIGNAR a servidora RAISSA MARTINS AMADEO, o Art. I.* DESIGNAR a servidora RAISSA MARTINS AMADEO, ocupante do pargo de Diretora do Departamento de Meio Ambiente, Matrícula 3960, para ser a GESTORA o servidor GUSTAVO LIMA NIIMOTO, ocupante do cargo de Secretário de Meio mbiente e Urbanismo, Matrícula 4029, para ser FISCAL e, ambos acompanharem o Convênio firmado entre o Município de Nova Esperaça e a Secretaria de Estado do Secrevolvimento Sustentável e do Turismo (SEDIST), para execuçado do "Programa Paraná - sem lixões" da "Patrulha Ambiental - Resíduos Recicláveis", de acordo com a Portaria IAT nº

"PORTARIA Nº 15.726"

acir Olivatti



Assinado por Para verificar

ICP None

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 78-730.994/0001-09 | www.novnesperanca.pr.gov.br

ração e demais gastos necessários a incorporação do imóvel ao patrimônio público

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das

09.002.22.661.0057.2.044.4.4.90.61.00.00 09.002.22.661.0057.2.044.3.3.90.36.00.00 09.002.22.661.0057.2.044.3.3.90.39.00.00

Art. 5º A partir da data de publicação desta Lei não será permitido ao proprietário

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOIS (02) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2.023).

MOACIR OLIVATTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR Rua José Peres Gonçales, 53 - Centro - CNPJ - 76.279.959/0001 CEP - 87.180-000 - Fone: (44) 3135-0810

II - Representante da COAFAM - Cooperativa dos Agricultores Familiar da Região de Maringá Titular: Gabriela Margonar; Suplente: Cristiane Grangero;

III - Representante dos Produtores Rurais Titular: Carlos Cesar Faccin nte: Elias Martine

IV - Representante do Setor Industrial e Comercial ACICAB Titular: Douglas Willian Nascimento; Suplente: Valdirene Broleze Alves;

V - Representante da APMI - Associação de Proteção a Maternidade e Infância Titular: Lucimar Magalhães; Suplente: Matiide Coelho Magalhães

VI - Representante da ABF - Associação Beneficente Filadélfia Titular: Marcos Antônio Borges nte: Alisson Luiz Oliveira

Art. 2º. Os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional CONSEA, não receberão quaisquer remunerações, e, os serviços prestados serão considerados de relevância, sem ônus para a municipalidade.

Art. 3°. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas

Edificio da Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco, 08 de agosto de 2023.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO.

Estado do Paraná Rua José Peres Gonçales, 53 – Centro – CNP/IMF 76.279.959/0001-70 CEP 87,180-000 – Tel: 3135.0810

PORTARIA Nº555/2023

O Prefeito Municipal de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83, parágrafo único, da Lei Municipal 770/2008 (Estatuto do Servidores Públicos Civis do Município de Presidente Castelo Branco-Pr), e, considerando a solicitação contida no oficio nº 100/2023, da Secretaria Municipal de Saúde:

Art. 1º - Fica concedido 10(dez)dias de férias a Servidora Pública Municipal, Sr. PRISCILA DE JESUS CUNHA, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Departamento de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Referente ao período aquisitivo de 08/03/2022 4 08/03/2023; Art. 2º - A concessão das férias terá início em 08/08/2023 e término

em 17/08/2023; Art. 3º - O restante de suas férias 20(vinte)dias, serão usufruídos

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE Presidente Castelo Branco, 04 de Agosto de 2023.





O Prefeito Municipal de Presidente Castelo Branco, Estado do

Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83, parágrafo único, da Lei Municipal 770/2008 (Estatuto do Servidores Públicos Civis do Município de Presidente Castelo Branco-Pr), e, considerando a solicitação contida no oficio nº 100/2023, da Secretaria Municipal de Saúde: RESOLVE:

PORTARIA №556/2023

Art. 1º - Fica concedido férias remuneradas e 1/3 das mesmas ac

Servidor Público Municipal, Sr. LEONARDO SOUZA DA SILVA, ocupante do cargo TEMPORÁRIO(PSS) de Agente Comunitário de Saúde Temporário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Referente ao período aquisitivo de 26/10/2021 á Art. 2º - A concessão das férias terá início em 16/08/2023 e término em 14/09/2023;

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE Presidente Castelo Branco, 07 de Agosto de 2023.





João Paulo dos Santos Silva Daniela Dias Molina Ana Paula Calvo Miranda Luz Romão Eloisa Cristina Caetano Mulati Eloisa Cristina Caetano Mulati Karyn Cristina Rodrigues Sales

Prefeitura Municipal de Nova Esperanca - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545

XII. Suzeti Yuriko Yamamoto

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem vigência até o mento do processo licitatório a que se refere.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS SETE (07) DIAS DO MÉS DE AGOSTO (08), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023).

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545

<u>CONSIDERANDO</u> o que foi requerido via sistema informatizado (Memorando 8.545/2023);

CONSIDERANDO o que estabelece os Artigos 152 e 153 da Lei Complementar n.º 2.510, de 23 de março de 2016 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Esperança;

O SR. MOACIR OLIVATTI. Prefeito do Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 75, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal (I ON):

Educação e Cultura 05/09/2023

RESOLVE:

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do início de gozo da licença concedida.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS OITO (08) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023).

Moacir Olivatti

Prefeito Municipal

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal abaixo relacionada, Licença-o, conforme estabelece a legislação supracitada, a saber:

"PORTARIA N." 15.724"

Municipal (LOM);

CARGO PERÍODO | CARGO | PERIODO | PERIOD



Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.novaesperanca.pe.gov.be Gestão 2021 - 2024

"PORTARIA Nº 15.727"

CONCEDE aposentadoria especial voluntária por idade e tempo de contribuição, de acordo com a Lei nº 1.495 de 26 de abril de 2002 c/c

CONSIDERANDO o processo de aposentadoria da servidora pública municipal IRACILDA JANOCA, protocolizado via sistema informatizado (Memorando 8.284, de 31 de julho de 2023);

O SR. MOACIR OLIVATTI, Prefeito do Município de Nova Esperança, Estado do Paraná no uso das atribuições que lhe são eridas pelo art. 75, II, "a" da Lei Orgânica Municipal (LOM);

Art. 1º Fica concedida à IRACILDA JANOCA, brasileira, servidora pública Art. I" Fica concedida à IRACILIDA JANUA, prastiera, servitora poume unicipal de Nova Esperança - PR, ocupante de cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Matrícula 1219, Classe MC, Nível 25, RG nº 3,809,5234-85PPR e inscrita no CPFAHF sob nº 489,333-999-04, APOSENTADORIA ESPECIAL VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUÇÃO, com proventos mensais e integrais, com fundamento no art. IR, II, "a" da Lei nº 1,495, de 26 de abril de 2002 (c os arts, 6" e 7" da EC 41/03, contando com o tempo líquido de serviço de 9,158 (25a Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de RS 3 (cinco mil, duzentos e oitenta e um reais e cinquenta e três centavos), conforme

rativo de cálculo. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNP2: 75.730.9940001-09 | www.novaceperanca.pr.gov.hr Gestão 2021 - 2024

CONSIDERANDO o que foi requerido via sistema informatizado (Memorando 7.669/2023), bem ainda o Parecer Jurídico exarado pela Assessoria Jurídica do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Nova Esperança (Despacho 8-7.669/2023) e a Manifestação da Procuradoria Jurídica do Município de Nova Esperança (Despacho 10-7.669/2023); O SR. MOACIR OLIVATTI, Prefeito do Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lbe são conferidas pelo art. 75, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal

Art. 1º. AVERBAR aos assentos funcionais da servidora pública municipal SOELI GOMES RODRIGUES, inscrita no CPFMF sob o nº 020.906.909-09. Matrícula 1226, ocupante do cargo efetivo de Professor, Iotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o tempo de contribuição de 1 anofs), 11 mes(es), 10 dia(s), consignado na Certidão de Tempo de Contribuição (CFC) expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), sob o Protocolo nº 20022140.1.00196/23-2, NIT: 2681781489-6, emitida em 06/07/2023, com contribuições vertidas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para fins exclusivos de aposentadoria, nos seguintes termos: gador: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE N - 1/2

Empregador: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGIOS DE Função: PROFESSORA Período Contribuição: 0/10/4/1995 a 10/03/1997 Tempo de Contribuição: 1 ano(s), 11 mes(es), 10 dia(s) *Período Aproveitado: 01/04/1995 a 10/03/1997 Tempo Aproveitado: 1 ano(s), 11 mes(es), 10 dia(s)

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DEZ (10) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08), DO ANO DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023).

Moacir Olivatt Prefeito Municipal



Assinado por Para verificar

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

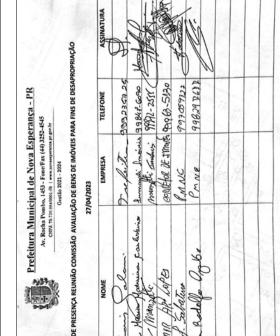
Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545

Gestão 2021 - 2024

vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e vinte e três, a Comissão de Avaliação de

Bens Imóveis, para fins de desapropriação conforme decreto Nº 5.641/2022, com a presença dos seguintes membros: Valdemir Aparecido Lopes, Marisete Maria Madureira Carlisbino, Devair Galani, Eduardo Manzotti, Izabela Francini Alves de Lima e Vinicius Fatobeni Salvaterra e como convidado Alysson Rodolfo Ozako. Reuniu-se para tratar da seguinte; Pauta 1) Avaliação da desapropriação dos seguintes: lote de terras nº 16 terras nº 16-A da quadra 18 com 200,00 metros quadrados, situado na Vila Regina e lote de terras nº 16-B da quadra 18 com 200,00 metros quadrados, situado na Vila Regina, para fins de ampliação de salas e da creche Monsenhor B. Lauria para abertura novas vagas. O Sr. Vinicius Fatobeni Salvaterra deu início aos trabalhos e boas vindas a todos os presentes, verificou que havia quorum necessário para instalação da reunião e apresentou aos presentes o terreno a ser avaliado. Pauta 01- Avaliação da desapropriação dos seguintes: lote de terras nº 16-REM da quadra 18 com 200,00 tros quadrados, situado na Vila Regina, lote de terras nº 16-A da quadra 18 com 200,00 metros quadrados, situado na Vila Regina e lote de terras nº 16-B da quadra 18 com 200,00 metros quadrados, situado na Vila Regina após ampla discussão ficou decidido por unanimidade o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) todos os 03 (três) terrenos citados. Sem mais a tratar o Sr. Vinícius Fatobeni Salvaterra deu a reunião como encerrada. Esta ata foi lavrada por mim, Izabela Francini Alves de Lima, Agente de mento da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, a qual segue ass





Parágrafo único. Os períodos de contribuição constantes no caput ficam averbados a especial, considerando que estão relacionados ao efetivo exercício do magistério. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DEZ (10) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08), DO ANO DE DOIS MIL E

Moacir Olivatti

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, com sod

CONTRATATITE: MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANA, com sede na Avenida Robard Pombo, 1.453, inscrite no CRP-14/18 sob n.º 7:573.094/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor MOACIRIO CUIVATTI, instalero, casados, residente e deminicidad o Ria n.º 9017003 - SSP-PR e devidamente inscrito no CPPMF sob n. v. 203.87.459.00 e a pessor fisica ababia-descrita celebram o seguinte Contrato, de acordo com o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLEFICADO, Regulamentado pol Regime CLT Edital nº 03/2023, os seremos da Lei Municipal nº 2.161/2011, e Decreto nº 3.783/2011, conforme quadro abaixo:

Contrato de Trabalho por Tempo Determinado N.º 088/2023

Contrato de Trabalho por Tempo Determinado N.º 088/2023

Objeto do Contrato A. CONTRATADA TRABINATA COMO ACENTE DE ALIMENTAÇÃO, para a CONTRATANTE por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesses público de municipio, suprindi vaga de servidor enterior "MARLENA" APARECIDA PICOL." en virsulos de altestamento para atender a necessidade temporária de excepcional interesses público de municipio, suprindi vaga de servidor enterior "MARLENA" enterior "Contratada" pentale enviços por 40 horas sermanias, dedecendo en "605/205/205/EME. A contratada pentale enviços por 40 horas sermanias, dedecendo e disposições legita e regulamentos à especia e Data de Assinatura e Vigência: 2008/2023 al 1808/2023

Valor: 18, 1.698.82 (Um mil. selecentos e nover reals e citentia e dois centavoj) mensal PAÇO MUNICIPIA DE NOVA ESPERANA, ESTADO DO PARAMA, ACOSO (20) DIAS DO MES DE AGOSTO (88) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRES (2023).

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR
Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545
CNR: 75.710-0440001-00 | www.nresequentata.pr.gov.lar
Gestão 2021 - 2024

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Avenda Rocha Perrbo, 1.433, inscrito no DNPJMF sob n.º 75.730.9940001-09, neste ato representado pelo Prefeto Municipia, em pleno exercicio de seu mandato e funções, o Senhor MOACIR CLIVATTI, brasilerio, casado, residente e domiciliado na Rua Presidente Kennedy, n.º 104, nesta cidade, pontador ca Cedula de Identidade Rofi n.º 9017003 - SSP-PR e devidamente

104, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG n. º 9017030 - SSP-PR e devidamente inacrifi no CPFAPF So n. º 208.287.499.0 e a possoa fisica abaixo descrita celebraren o seguinte Centrato, de acordo com o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO, Pequilamentado pelo Regime CLT Edital nº 004/2023, nos termos da Lei Municipal nº 2.161/2011, e Decreto nº 3.783/2011, conforme quadro abaixo:

Contrato de Trabalho por Tempo Determinado Nº 089/2023

Contrato de Trabalho por Tempo Determinado Nº 089/2023

Contrato de Trabalho por Tempo Determinado Nº 089/2023

Contrato do Contrato: A CONTRATADA trabalhará como Agente de Apolo Educacional, para a CONTRATADE - que astorde n. o consistério temporário de Apolo Educacional, para a CONTRATADA (con a tempo de contrato) de trabalha de como Agente de Apolo Educacional, para a CONTRATADA (con a tempo de consistério tempo de Apolo Educacional, para a CONTRATADA (con a tempo de consistério tempo de Apolo Educacional, para a CONTRATADA (con a tempo de consistério tempo de Apolo Educacional, para a CONTRATADA (con a tempo de consistério tempo de Apolo Educacional, para a CONTRATADA (con a tempo de consistério tempo de Apolo Educacional, para a CONTRATADA (con a tempo de consistério tempo de Apolo Educacional, para a CONTRATADA (con a tempo de consistério tempo de consistério

CONTRATANTE, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, em atendimento à Programa Especial do Município, suprindo vaga de ex-servidor efetivo "Jessica Franco Rodrigues" em virtude do pedido de excenseção. A contratador pestará serviços por 40 horas semanais, obedecendo a disposições legais e regulamentos à espécie e a qualidade de

Data de Assinatura e Vigencia: 07/08/2023 a 0.5/08/2024 Valor: R\$ 1.6/9,8/2 (um mil seiscentos e nove reals e oltenta e dois centavos) mensais. PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANA, AOS SETE (07) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023).

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.novnesperance.pr.gov.br Gestão 2021 - 2024

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Avenida Rocha Pombo, 1.433, inscrito no CNPJ.MF sob n.º 75.730.994.0001-09, neste ado representado pelo Pretello Municipia, em pieno servicio de seu mandato e funções, o Selo MONOTATI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Presidente Kennedy, rid. A, nesta cidado, portador Ga Cédula de identidade Ro n.º 90.7003. SSP-PR e devidamente inscrito no CPFAMF sob n.º 208.387.499.00 e a pessos fisica abaixo descrita celebram o seguinto Contrato, de acordo com o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO, Regulamentado pelo Regime CLT Edital nº 004/2023, nos termos da Lei Municipal nº 2.161/2011, e Decreto nº 3.783/2011, conforme quadro abaixo:

2.161/2011, e Decreto nº 3.783/2011, conforme quadro abaixo:

Contrato de Trabalho por Tempo Determinado N.º 090/2023

Contrato (OXOCUENTID E BANARO GOMEL)

COPE: 055.788.759-99

Objeto do Contrato: A CONTRATADA trabalhara como Apente de Apolo Educacional, para a CONTRATATADA trabalhara como Apente de Apolo Educacional, para a CONTRATATADA trabalhara como Apente de Apolo Educacional, para a CONTRATATADA trabalhara como Apente de Apolo Educacional, para a CONTRATATADA para tander a necessidade temporária de excepcional interesse público en atendimento à Programa Especial do Município, suprindo vaga da servidora do quadro efetivo "GLAUCA PRIETO DE BEM" em virtude de afastamento de Licença Sem Vencimento. A contratada prestará serviços por 40 horas semanais, obedecendo a disposições legais e regulamentos à espécie e a qualidade de seu cargo.

Data de Assintantar e Vigência: 6000/2023 a 600/602024

Valor: R\$ 1.609.82 (um mil seiscentos e nove reais e oterata e dois centavos) mensais.

PACO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANA E EXPLAY PACADAM.

PACO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS OITO (08) DIAS DO

MÉS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023

Data de Assinatura e Vigência: 07/08/2023 a 05/08/2024

ICP Sm

33

ICP S

ICP S=

www.jornalnoroeste.com

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Nova Esperança, 26 de Junho de 2023

Certifico que, analisando o Livro ATA da Comissão

de Avaliação de Bens e Imóveis para fins de desapropriação nº 01/2023 - Reunião

Ordinária- 27.04.2023, Pauta 1) Avaliação da desapropriação dos seguintes: lote de

lote de terras nº 16-A da quadra 18 com 200,00 metros quadrados, situado na Vila Regina e lote de terras nº 16-B da quadra 18 com 200,00 metros quadrados, situado na Vila Regina, para fins de ampliação de salas e da creche Monsenhor B. Lauria para abertura novas vagas, trate-se de apenas 01 (um) Lote sendo Lote nº 16 da quadra nº 18

com área de 600,00 metros quadrados situado na Vila Regina - Marsícula nº 18,919, decidido e aprovado por unanimidade pela comissão de Avaliação o valor de R\$ 120,000,00 (cento e vinte mil reais).

") Republicação da Lei nº 2.937, de 02 de agosto de 2023, publicada na Ediç 1520 de 04 de agosto de 2023 do Jornal Noroeste, pela ausência da Certidão retificação da Ata de Avaliação 01/2023 (Reunião Ordinária 27.04.2023), part

"EDITAL DE CONVOCAÇÃO"

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

CONSIDERANDO a homologação final do resultado do Processo Seletivo Público Simplificado (PSS), aberto pelo EDITAL N. 010/2022, através da Portaria nº 15.451, de 31 de janeiro de 2023;

O SR. MOACIR OLIVATTI, Prefeito do Município de No Esperança, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e, e

Esperança, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.161, de 15 de setembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 3.783, de 05 de outubro de 2011;

CONYOCA a(s) candidata(s), abulxo mencionada (s), aprovada (s) no Processo Seletivo Público Simplificado (PSS) - referente ao EDITAL Nº 010/2022, para comparecer na Secretaria Municipal de Administração, munida (s) dos documentos pessoais, no prazo de até dos (02) data sites da publicação deste Edita no Porgão Oficial, de acordo com o art. 15, do Decreto nº 3/83, de 2011, a fim de tratar de assuntos referente a contratação, a saber:

Caso a candidata não compareça junto a Secretaria Municipal de azo legal estabelecido, será caracterizada desistência da vaga, perdendo em virtude de sua aprovação no referido certame.

NOME CARGO CLASSIFICAÇÃO

Laísa Holanda de Moura Lima Assistente Social 2°

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.9940001-09 | www.novaseperanca.pr.gov.hr Gestão 2021 - 2024

CONSIDERANDO a homologação final do resultado do Processo Seletivo Público Simplificado (PSS), aberto pelo EDITAL N.º 003/2023, através da Portaria nº 15.672, de 06 de julho de 2023;

O SR. MOACIR OLIVATTI, Prefeito do Município de Nova Esperança, Estado do Parand, usando de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.161, de 15 de setembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 3.783, de 05 de outubro de 2011;

CONVOCA (as) candidata(s), abaixo mencionada (s), aprovada (s) no Processo Seletivo Público Simplificado (PSS) - referente as EDITAL Nº 063/2033, para compareer na Secretaria Municipal de Administração, munida (s) dos documentos pessoais, no prazo de até dos (02) dias diste da publicação deste Edital no Orgão Official, de acordo com o art. 15, do Decreto nº 3.783, de 2011, a fim de tratar de assuntos referente a contratação, a saber:

3,5

ICP See

| NOME | CARGO | CLASSIFICAÇÃO | Magali de Cassia Zafalon Furio | Agente de Alimentação | 11º

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS OTTO (08) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023).

Caso a candidata não compareça junto a Secretaria Municipal de ação no prazo legal estabelecido, será caracterizada desistência da vaga, perdendo adquiridos em virtude de sua aprovação no referido certame.

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

CONSIDERANDO a homologação final do resultado do Processo Seletivo Público Simplificado (PSS), aberto pelo EDITAL N.º 003/2023, através da Portaria nº 15.672, de 06 de julho de 2023;

O. SR. MOACIR OLIVATTI, Prefeito do Município de Nova Esperança, Estado do Parand, usando de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.161, de 15 de setembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 3.783, de 05 de outubro de 2011;

CONYOCA o(s) candidato(s), abaixo mencionado (s), aprovado (s) no Processo Soletivo Público Simplificado (PSS) - referente ao EDITAL Nº 090/2023, para comparecer na Secretaria Municipal de Administração, munida (s) dos documentos pessoais, no prazo de até dois (02) dias úreis da publicação deste Edital no Orgão Oficial, de acerdo com o art. 15, do Decreto or 3.783, de 2011, a fin de tratar de

| NOME | CARGO | CLASSIFICAÇÃO | Katiane Ramos da Silva | Agente de Serviços Operacionais | 12°

Caso a candidata não compareça junto a Secretaria Municipal de Administração no peazo legal estabelecido, será caracterizada desistência da vaga, perdendo os direitos adquiridos em virtude de sua aprovação no referido certame.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS OTTO (08) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023).

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545

"EDITAL DE CONVOCAÇÃO"

"EDITAL DE CONVOCAÇÃO"

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS OITO (08) DIAS DO MÉS DE AGOSTO (08), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÉS (2023).

10

terras nº 16-REM da quadra 18 com 200,00 metros quadrados, situado na Vila Regina,

CONTINUA NA PÁGINA 08

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Esperança Rua Romário Martins, 160 - Centro - CEP 87600-000 Fone (44) 3252-5242 - Nova Esperança - PR

Súmula: Substitui Fiscal do Chamamento Público nº 02/2023 do município de Nova Esperança/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Esperança, no uso de suas atribuições que conferem a Lei Federal nº 8.069/1990 e a Lei Municipal nº 2.461 de 15 de Abril de 2015, e

CONSIDERANDO a Plenária Ordinária realizada em 02 de Agosto de 2023.

Art. 1º – Substituir a Fiscal Sr^b Silvana de Castro Palma Barbosa, pela Sr^b Jéssica Fernanda Soldan, para fiscalizar as parceiras voluntárias firmadas através do Chamamento Público nº 02/2023 do município de Nova Esperança/PR. Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Nova Esperança-PR, 02 de Agosto de 2023

Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Nova Esperança Rus Romário Marína, 160 - Centro - CEP \$7600-000 Fose (44) 3352-5242 - Nova Esperança - PR e-mail: cnd@novasperanca.ps. gov br

RESOLUÇÃO N º 05/2023

Súmula: Aprovar a renovação do registro e emitir atestado de funcionamento da Institútição Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Nova Esperança, no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Nova Esperança/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.896 de 03 de Novembro de 2022 e,

Considerando a Lei Federal nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso; Considerando a Resolução nº. 01 de 19.01.2017, deste Conselho, que dispõe sobre regras a critérios para a concessão de registro e renovação de registro de Entidade no Conselho Municipal

dos Direitos da Pessoa Idosa de Nova Esperança/Pr; Considerando a deliberação da plenária realizada em 08 de Agosto de 2023.

Art. 1º – Aprovar a renovação do registro e emitir atestado de funcionamento da Instituição Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE de Nova Esperança, no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa—CMDPI.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação

Nova Esperança, 08 de Agosto de 2023.

Quillerone J. J. Do. Presidente do CMDPI



Idosa de Nova Esperança HOSA de NOVA ESPETAIÇA

Rua Romário Martins, 160 - Centro - CEP 87600-000

Fone (44) 3252-5242 - Nova Esperança - PR
e-mail: end∉@novaesperanca.pr.gov.br

ATESTADO DE REGISTRO

Atestamos, de acordo com o art. 48, parágrafo único e art. 52, do Estatuto do Idoso, Lei nº. 10.741 de 1º de outubro de 2003, que a instituição Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrita no CNPJ sob nº. 77.208.205/0001-91, acha-se registrada no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI, conforme det Resolução CMDPI nº. 05/2023, aprovado em sessão plenária do dia 02 de Agosto de 2023, cadastro sob nº, 002/2021.

A presente inscrição é válida por 02 (dois) anos

Nova Esperança, 02 de Agosto de 2023

Guilharma 3. J. "Dia. Guilharma Vagner Fagundes Dias Presidente do CMDPI

Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Nova Esperança
Rua Romátio Martina, 160 - Centro - CEP 87600-000
Fone (44) 3252-5242 - Nova Esperança - PR
e-mail: cmdi@novaesperança.pr.gov.ht

Atestado de Funcionamento nº 001/2023

Atestamos, para os devidos fins que a instituição Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, CNPJ sob nº. 77.208.205/0001-91, localizada na Rua Visconde de Guarapuava, 413, centro, nesta cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná, é cadastrada neste Conselho sob cadastro nº. 001/2021, desde 19 de Janeiro de 2021, a Instituição está em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades.

Válido até 08 de Agosto de 2025.

Nova Esperança, 08 de Agosto de 2023.

Guilberne J. 8 Dias Guilherne Vagner Fagundes Dia Presidente do CMDPI

Consetho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Nova Esperança Rua Romirio Munius, 160 - Centro - CEP 87600-000 Fone (44) 3252-5242 - Nova Esperança - PR Idosa de Nova Esperança

Rua Romário Martins, 160 – Centro – CEP 87600-000

Fone (44) 3252-5242 – Nova Esperança – PR
e-mail: cmdi@novaesperanca.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N ° 06/2023

Súmula: Aprova o Projeto "Vida Ativa", apresentado pela Organização da Sociedade Civil Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE de Nova

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.896 de 03 de Novembro de 2022 e,

Considerando o Projeto "Vida Ativa" apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Nova Esperança;

Considerando o Parecer da Comissão Permanente de Finanças Públicas, nomeada pela Resolução CMDI nº 06/2022, alterada pela Resolução nº 10/2022;

Considerando a deliberação da plenária realizada em 08 de Agosto de 2023. Resolve:

Art. I* - Aprovar o Projeto "Vida Ativa", apresentado pela Organização da Sociedade Civil Associação de Pais e Amígos dos Excepcionais - APAE de Nova Esperança, que será custeado com recurso financeiro do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, no valor de R\$ 30.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Nova Esperança, 08 de Agosto de 2023.

Quillerme 9. 9. Dias Guilherme Vagner Fagundes Dias

Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Nova Esperança
Run Romisio Matent, 160 - Centro - CEP 87000-000
Fone (44) 3232-3242 - Nova Esperança - PR
e-milli configuraresperanos pre pri be



RESOLUÇÃO N º 07/2023

Súmula: Dispõe de aprovação de Inexigibilidade de Chamamento Público, para formalização de Parceria Voluntária entre o Município de Nova Esperança e Organização da Sociedade Civil Associação de País e Amigos dos Excepcionais — APAE de Nova Esperança

confere a Lei Municipal nº 2.896 de 03 de Novembro de 2022 e, Considerando que a Associação de País e Amigos dos Excepcionais - APAE, é a única entidade

Deficiência, Idosas e suas Famílias; Considerando a Resolução CMDPI nº 06/2023, que aprovou o Projeto "Vida Ativa" apresentado

que oferta o Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas com

pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Nova Esperança; Considerando a deliberação da plenária realizada em 08 de Agosto de 2023.

Art. 1º - Aprovar a Inexigibilidade de Chamamento Público, para formalização de Parceria Voluntăria entre o Municipio de Nova Esperança e a Organização da Sociedade Civil Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Nova Esperança.

Art. 2º - A parceria será celebrada por meio de Termo de Fornesto no valor de RS 30.000,00 (trinta mil Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

> Nova Esperança, 08 de Agosto de 2023. Guilherme Vagner Fagundes Diss

Presidente do CMDPI

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, com sede

CONTRATATITE: MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARAMA, com sodo na Avenida Rocha Porrobe, 1.453, inscrito no CNP-2/H3 sob n.* 75.73.094/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercicio de seu mandato e funções, o Senhor MOACIRIO CUIVATTI, brastierio, casados, residente e dominicidado na Rua Presidente Kennedy, n.* 194, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG n. * 9017003 - SSP-PR e devidamente inscrito no CPPMP sob n. * 103.837 45.90 d o a pessoa física ababaso descrita celebram o seguinte Contrato, de acordo com o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO, post perior por Regimente Carlo Reguiamentado por Regime CIZ. Estada et discusso, nos termos da Lei Municipal nº 2.161/2011, e Decreto nº 3.783/2011, conforme quadro abaixo: Contrato de Trabalho por Tempo Determinado N.º 087/2023

Contrata de Trabalho por Tempo Determinado N.º 697/2023

Contrata da: SUZI MARIA GOMES DA SILVA

OBjeto de Contrato: A CONTRATADA trabalhará como AGENTE DE SERVIÇOS

OPRACIONAIS para a CONTRATANE; por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de acespoiran interesse poblico do municipio; bom como, de Societaria Municipa de Educação a Cultura, suprindo vega de ex-servidor de quade effetive em virtude de exoreração a pedido Trebalha Mario de Sousa Borrego, de acordo com memerando n à 1967/2023 e efforio de regulario de la composição de pode de la composição d

ICP Sm <u> Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR</u> Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 78.730.094/0001-09 | www.novseeperancs.pr.gov.hr Gestão 2021 - 2024

DATA DA RESCISÃO: 04/08/2023 DATA DA RESCISACI: 04/08/2023 PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS QUATRO (08) DIAS DO MÉS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÉS (2023).

EXTRATO DA RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Averida Rocha Porribo, 1.453, riscrito no CNPJAMF sob n.º 75.730.994.0001-09, neste ato representado poio Prefelo Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor MOACIR OLVATTI. beatelero, casado, residente e domiciliados na Rua Presidente Kennedy, nº 104, nesta cidade, portador da Códula de Identidade RG n.º 901.700.3 - SSP-PR e dividamente inscrito CPFIMF sob n.º 203.387.439-00 e a pessoa física abaixo descrita celebrado pelo Regime CLT. Edital nº 002/2022, nos termos da Lei Municipal nº 2.161/2011, e Decreto nº 3.783/2011, conforme quadro abaixo: RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO № 037/2023 CONTRATADO: ADRIANA LUCIA FERREIRA DE ARAUJO CPF: 612.456.409-25 CONTRATADO: ADRIANA LUCIA FERRIBIRA DE ARALUO

CPF: 612.456.409-25

OPRACIONAS para a CONTRATADA CONTRATADA trabalhou como AGENTE DE ESPRIÇOS

OPRACIONAS para a CONTRATANTE por tempo determinado, para atender a necessidade temporária os excepcional intercese político da Secretaria Municipal de Edecação e Cultura, supredo vaga de sevidor eferor. concereda em vindo de falecimento PROSANGELA LOPES PEREIRA DE CASTRO*, os acordo com oficio n.º 091/2023/SENEC e memorando 993/2023, por 40 horas semanais, obedicidas dispecções logis en orgulamentos la expedie a qualidado de seu cargo.

OBJETINO DA RESCISÃO: Rescisão sem justa causa por iniciativa da empregada

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNFJ: 75.790.994/0001-09 | www.noraesperance.pr.gov/hr Gestão 2021 - 2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Avenda Rocha Portoo, 1.453, inscrito no CNPJMF sob n.º 7.5730.994.0001-09, neste atá representado pole Prefeto Municípia, em pieno exercició do seu mandato e funções, o Serfio MOACIFI OLIVATTI, brasileiro, casado, residente e domicilado na Rua Presidente Kennedy, n.º 140 mesta cidado, portador da Cidida de Identificia R fila. 910.7003 - S.S.P.P. e devidamente inscrite nesta cidado, portador da Cidida de Identificia R fila. 910.7003 - S.S.P.P. e devidamente inscrite fila. nésta cidade, portador da Códula de sperioscop Hq n. * 901.104.0 - sor-im e de procuram-in susumo no CPFIAM* so in * 20.3837.439.0 - a pessoa faiso abaixo descrita celebram o seguinte Contrato, de acordo com o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO, Regulamentado pelo Regime CLT. Edital nº 005/2022, nos termos da Lei Municipal nº 2.161/2011, e Decreto nº 3.783/2011, conformia quadro abaixo:

TRATADO: DANIELE SALAZAR FERREIRA DE ARAUJO GIBIN CPF: 057.928.629-07 DELETIVO DO CONTRATO. A CONTRATAD DEL APRAJOCI GIBINI (CPF: 057.982.889-07.

DELETIVO DO CONTRATO. A CONTRATADA TRabibho; como AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL, para a CONTRATANTE por tempo determinado, para atender a necessidade improvista de accepcional interesse público de municipio, suprindo vaga de servidor efetivo "JESSICA FRANCO RODRIQUES" em virude de afastamento por motivo de Licença. Sem Vancimento, de acordo com os Menorandos en 800.020.022 e Memorando el 8098.0202. A contratada presidos serviços por 40 horas semantas, obedicentos adisposições legis e regularmentos contratadas presidos serviços por 40 horas semantas, obedicentos adisposições legis e regularmentos e de seu cargo. cisão sem justa causa por término de contrato

DATA DA RESCISÃO: 02/08/2023
PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOIS (02) DIAS DO MÉS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023).

ICP See Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

EXTRATO DA RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Avenida Rocha Pembo, 1435, inscrito no CNP-JMF sob n° 757-30944001-0), neste ato representado polo Prefeite Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senbre MOACIR OLVATTI, brasilerio, casado, nesidente de demicilados na Rua Presidente Kennedy, n° 104, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG n. ° 901.700.3 - SSP-PR e devidamente inscrito no CPF/MF sob n° 208.397.439-00 e a pessoa fisica ababio descrita celebram o seguinte Contrato, de acordo com o PROCESSO SELETTO PÚBLICO SIMPLIFICADO, Regulamentado pole Regime CLT, Edital n° 002/2022, nos termos da Lei Municipal n° 2.161/2011, e Decreto n° 3.783/2011, conforme quadre babio:

RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 034/2023-PSS CPF: 008.924.819-86 OBJETIVO DO CONTRATO: A CONTRATADA trabalhou como AGENTE DE SERVIÇOS
OPERACIONAIS para a CONTRATANTE por tempo del como AGENTE DE SERVIÇOS

OBJETIVO DA RESCISÃO: Rescisão sem justa causa por iniciativa da empregada DATA DA RESCISÃO: 07/08/2023 PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANA, AOS SETE (07) DIAS DO MÉS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023).

Prefeitura Municipal de Nova Esperanca - PR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, com sede na
Avenida Rocha Pentio, 1.433, inscrio no CNPA/MS son nº 75.730.994.0001-05, neste ato
representado pelo Prefeto Municipal, em pleno exercicio de seu mandato e funções, o Senho, nº
104, nesta cidado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 9017003 - SSP-PR e devidamente
inscrio no CPFMF son n. º 208.37.439-00 e a pessoa fisica abaixo descrita celebram o
segurinte Contrato, de acordo com o PROCESSO SELETIVO PUBLICO SIMPLEFICADO,
Regulamentado pelo Regime CLT Edital nº 004.0232, nos termos da Lei Municipal nº
2.161/2011, e Decreto nº 3.783/2011, conforme quadro abaixo: EXTRATO DE CONTRATO

\$1/2011, e Decreto nº 3.783/2011, conforme quaror abaxo:

Contrato de Trabalho por Tempo Determinado N.º 091/2023

OPF: 020.191.429-88

OPF: 020.191.429-88 Contratado: MARINES ROSA FERNANDES PPE 2011-2023

Objeto do Contrato A CONTRATADA trabahará como Agente de Apolo Educacional, para a CONTRATANTE, para atender a necesidado temporária de excepcional interesse público, em atendemento à Programa Especial do Municipio, acompanhando almo com Transtomo do Especiro Autista (Lucca Quimartes Pereira), amparado pela Lei 12-764 de 27/12/2014 - Art. 37, sinco, em conformidado como se menorandos nº 18-25/2012 a 993/2012, Ordico nº 490/2012/3-SEMED. A contratada prestará serviços por 40 horas semanais, obedecendo a deposeções legais e repulsamentos à especia e a qualdado de seu cargo.

Data de Assinatura e Vigência: 06/08/2023 a 20/12/2023

Valor R\$ 15/09/2012 ium mil sissecientos e onus mesta cardos cardos.

reais e oitenta e dois centavos) mensais PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS OITO (08) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023



Contrato de Trabalho por Tempo Determinado N.º 086/2023-PSS. Contrato de Trabalho por Tempo Determinado N.º 086/2023-PSS.

Contratado a Randa N.º 086/2023-PSS.

Objeto do Contrato: A CONTRATADA trabalhará como ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, para a CONTRATADA Trabalhará como ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, para a CONTRATADATE, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse publico, prestando serviços na Secretaria Municipal de Suda superindo vaga de servidor efetivo "WAGNER RODRIGUES" em virtude de sua sepsentadoria que se deu na data de 07/02/2024. 2 contratada presentar serviços por 40 noras semaralas, de acordo com Memorando nº 86/20/2023-DEPLAN, obedecendo às Data de Assilantar a vilgáncia (10/8/2023 a 30/97/2024

Valor RS 1.66/6.82 (um mil seispentos a nove reais e olenta e dois centávos) por mês.

PAÇO MINICIPAL. DE NOVA ESPERANA, E STADO DO PARANA, AO PRIMERIRO (91) DIA DO MÉS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÉS (2023).

MOACIR OLIVATTI
-Prefeito Municipal-

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.novnesperanca.pr.gov.br Gestão 2021 - 2024 EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, com sede na

Commanarative: Monkou-Hr Die Novin EarPERINGE, 237ADO 300 PARANINA, com seber inte Avereida Rocha Portob, 1453, inacrito no CRPUMF sob n° 1757309940001-90, neste ato representado pelo Prefeto Municipal, em pleno exercício de seu mandate o lungões, o Senfor MOCIGI OLIVATTI, brasilero, casado, residente e demonicado na Rua Presidente Kernerolo, n° 104, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG n° 901700-3 - SSP-PR e devidamente inscrito no CPPIMF sob n° 200.837 4390 o a pessoa lifeste glabar celebram o seguinte Contrato, de acordo com o PROESSO SELETIVO PUBLICO SIMPLIFICADO, Regulamentado pelo Regime CT. Editad p° 0002022, nos termos da Lei Municipal n° 2.1617011, e Decreto n° 3.7832011. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO № 038/2022-PSS

ONTRATADO: THAIS FERNANDA BATISTA DA SILVA

CONTRATADO: THAIS FERNANDA BATISTA DA SILVA

[PF: 101-957-959-01

DOBLETIVO DO CONTRATO: A CONTRATADA trabalhou como AGENTE DE APOIO

EDUCACIONAL, para a CONTRATANTE por tempo determinado, para atender a necessidade

temporária de excepcional interesse público do município, suprindo vaga de servidor efetivo

CIALUCIA PRIETO DE EBLEM em vintude de altastamente por motivo de Licença Sem Vencimento,

de acordo com o Memorando nº 6003/2022. A contratada prestou serviços por 40 horas semanais,

coedecendo a deposições legais e regulamento à especio e a qualidade de seu cargo.

OBJETIVO DA RESCISÃO: Rescisão sem justa causa por iniciativa da empregada DATA DA RESCISÃO: 01/08/2023

ICP See

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.9940001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.br Gestão 2021 - 2024

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

O MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ com sede na Averida Rocha Pombo, 1.453, inscrito no CNPJAMF sob n.º 75.730.994.0001-09, neste ato representado pela Prefeto Municipal, em plemo exercício de seu mandato e funções, Senhor MOACIR CULVATTI, basaleiro, casado, residente e domicilado na Ruy Persidente Konnedy, n.º 104, nesta cidade, portador da CAdula de Mentidade RG n.º 9017003-SSP-PR e devidamente inscrito no CPFAFF sob n.º 208.387.439-00, e a pessoa fisica abaixo descrita, resolvem alterar o contrato de trabalho por tempo determinado, oriundo do Processo Seletivo Público Simplificado a Regularentado pelo Regime CLT Edata nº 003/2022, conforme Lei Municipal nº 2.161/2011 e Decreto nº 3.783/2011, conforme quadro abaixo;

conforme quadro abaliso:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho
por Tempo Determinado N.º 042/2023-PSS

Contratado: ANA CLAUDIA DA SILVA

Objeto do Termo Aditivo: Consulva

Objeto do no preenchimento de vaga de Servidor Efetivo do quadro do Magistério "GISELE DA SILVA DOS SANTOS" que se encontra em Licença Prémios, solicita a prorrogação do Contrato de Trabatho por Tempo Determinado nº 04/2/02/3-PSS, de acordo com a Lei Municipal nº 2,161/2011 e Claussia 2º de referido contrato, por 40 horas semanais, com vista ao aumento do prazo de vigência contratual por mais 90 (noventa) dias, compreendidos no período de (17/08/2023 a 14/11/2023); com o pagamento de RS 3.704.83 (rite mil, setecentos e quatro reals e oliotrata e três centraco) metasas, na mesma data de pagamento dos demais servidores do Município de Nova Esperança. Todos 2023 a 14/11/2023 Data de Asainatura e Vigência: 17/08/2023 a 14/11/2023 PA/O JRANNOPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANA. A/OS DEZESSETE (17) JUAS DO JUES DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023).

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANA, AO PRIMEIRO (01) DIA DO MÉS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023).

Alunos do 3º Ano da Escola Sabidinho Supremus exploram o mundo do Jornalismo em visita ao JN

Os estudantes, acompanhados pelas educadoras, desbravaram o universo jornalístico em uma jornada de conhecimento na redação do Jornal Noroeste.

Alex Fernandes França alexnoroeste@hotmail.com

Na manhã de quarta-feira, os alunos do 3º ano da Escola Sabidinho Supremus de Nova Esperança tiveram a oportunidade de conhecer a dinâmica de trabalho do mundo jornalístico. Acompanhados pela Professora Julieli Fernanda Prudente Vieira, Regente da disciplina de Língua Portuguesa, e pela Auxiliar de Sala, Meirelayne Guimarães, os jovens estudantes mergulharam no universo das notícias e da produção jornalística durante uma visita à nossa redação.

Sob a orientação e a atenta explicação do Diretor do periódico, José Antonio Rodrigues da Costa, os 17 estudantes foram apresentados à dinâmica de trabalho que envolve a concepção, elaboração e produção das pautas jornalísticas. Desde os primeiros passos da seleção de tópicos relevantes até a etapa de envio do material para a gráfica, os jovens aprenderam sobre os desafios e as emoções que permeiam o dia a dia de uma redação.

Uma das partes mais em-

polgantes da visita foi a oportunidade de mostrar aos alunos e educadoras, um vídeo acerca do processo de impressão dos jornais em uma impressora rotativa de jornais. Os olhares curiosos se voltaram para a máquina que informações transformava em tinta e papel, revelando o resultado final que chega às mãos dos leitores do Jornal Noroeste.

Abrangência do JN

Os alunos foram apresentados à abrangência do Jornal Noroeste que além da versão impressa, opera em diversas plataformas, incluindo o ambiente digital. Durante a visita, receberam informações sobre o site oficial do perió-(www.jornalnoroeste. com), onde oportunamente poderão acessar matérias recentes e compreender a estrutura online de um veículo de comunicação moderno. Além disso, tiveram conhecimento das redes sociais do jornal, como Instagram, Facebook e Twitter, que desempenham um papel importante na divulgação das notícias e no engajamento com o público leitor.

Durante a visita, os presentes foram informados sobre o processo em que matérias específicas são disponibilizadas no site antes de serem publicadas na versão impressa. A equipe do Jornal Noroeste mencionou algumas ilustrações desse procedimento, incluindo a cobertura de eventos policiais e o registro da impressionante floração dos Ipês, que embelezou a cidade de Nova Esperança no decorrer desta semana.

Gênero textual

Essa experiência enriquecedora foi resultado do trabalho prévio realizado pelos alunos em sala de aula, onde eles exploraram o Gênero Textual relacionado a notícias. Conceitos como manchete, lead, imagens e a forma de produzir uma reportagem foram abordados e desenvolvidos em sala de aula. Neste sentido, cada aluno teve a oportunidade de colocar em prática o que aprenderam, produzindo uma notícia relativa à eliminação precoce da Seleção Feminina de Futebol na Copa do Mundo 2023. Essa atividade proporcionou às crianças uma perspectiva real de como

Alunos do 3º ano da Escola Sabidinho Supremus, acompanhados pelas educadoras e a equipe do Jornal Noroeste, compartilham momentos de inspiração durante a enriquecedora visita à redação.

www.jornalnoroeste.com

é o trabalho de um jornalista, desde a apuração dos fatos até a redação da matéria final.

A Professora Julieli Fernanda Prudente Vieira e Auxiliar de Sala, Meirelayne Guimarães agradeceram a oportunidade única proporcionada pelo Jornal Noroeste e ressaltaram como essa experiência prática enriquece o aprendizado em sala de aula. Segundo elas, a visita ajudará os alunos a compreenderem a relevância do jornalismo e a importância da comunicação na construção de um mundo

mais informado e conectado.

Ao término da visita, os profissionais do Jornal Noroeste demonstraram grande satisfação em receber os alunos e compartilhar com eles um vislumbre das atividades diárias da redação. Eles destacaram vigorosamente a relevância do jornalismo na sociedade e incentivaram entusiasticamente os jovens a prosseguirem em sua exploração do vasto universo das palavras e das narrativas.

Em um momento inspirador, os estudantes do 3º ano

da Escola Sabidinho Supremus não apenas absorveram conhecimentos sobre jornalismo, mas também plantaram sementes de curiosidade e interesse pelo poder das palavras e pela arte de contar histórias. Com olhares brilhantes e sorrisos de entusiasmo, eles deixaram a redação do Jornal Noroeste carregando consigo, além de um exemplar da versão impressa, um pouco do espírito da comunicação e a promessa de um futuro repleto de descobertas.



Operação -Arma Secreta

A intenção essa semana era dedicar a atenção da Coluna para o contraditório Ursinho Pooh — Sangue e Mel, que tinha previsão de estreia para dia 10 de agosto nos cinemas brasileiros. Entretanto, por algum motivo o filme de terror do diretor Rhys Waterfield não chegou aos cinemas da nossa região. O que despertou a indagação: será que chegará? Isso porque nem todo mundo está preparado para ter sua infância devastada por meio da deturpação de uma figura tão querida quanto o Ursinho Pooh. Mais a respeito disso saberemos apenas nas próximas semanas. Já que não vai rolar esse filme de terror, o melhor a fazer é voltar o olhar para o streaming, isso porque já faz um tempo que eu não tenho dado espaço para os filmes lançados diretamente nas plataformas e que ficam à disposição na sala de casa. Por isso, essa semana, a Coluna Sétima Arte traz Operação - Arma Secreta, um filme de ação polonês da Netflix que vem dando o que falar.

No mundo pós-pandêmico o streaming reina soberano. Por mais que a popularidade não seja mais a mesma do período em que todos preferiam ficar em casa, ainda pertence a essa modalidade a maior fatia de orçamento destinada ao entretenimento das famílias. Isso faz com que plataformas como a Netflix tenham a ousadia de fazer grandes estreias, às vezes, quase que simultaneamente, no entanto, nem sempre essas estreias seguem os elevados padrões hollywoodianos. Operação - Arma Secreta é um filme típico do padrão made for streaming (parafraseando o antigo made for tv), é empolgante, é rápido, é fácil de compreender, mas é genérico, feito para divertir e não para impactar, não segue os rigorosos padrões daqueles que esperam uma obra arte. Um típico enlatado. Até aí, tudo bem! Quem é que não gosta de um bom filme de ação, descartável, mas divertido?

É nesse ponto que estão concentrados os burburinhos gerados em torno de Operação - Arma Secreta. Ele estreou dia 02 de agosto, deveria ser apenas mais um filme do diretor Daniel Markowicz — que já entrou muitas outras obras para a Netlfix — e, até então, apenas mais uma produção polonesa. Os críticos assistiram e torceram o nariz, como de costume. Teve crítico especializado que chegou a classificar a obra como desastrosa, isso porque o thriller de ação não tinha nada de novo, nada de impactante, era só mais um filme de ação como tantos outros, com uma história um pouco enrolada. Mas eis que, ao longo do mês de agosto, o filme caiu nas graças dos assinantes dessa plataforma de streaming e ostenta há alguns

dias o pódio de filme mais assistido junto aos usuários.

Dei espaço a esse fato aqui na Coluna, porque ele não é isolado. Já faz um tempo que vemos esse movimento do público contrariando a crítica. A meu ver isso é muito interessante, pois, esses indícios demonstram que o público já não se deixa mais levar de forma tão contundente pela opinião da crítica especializada e que as facilidades do streaming estão escancarando de forma mais explícita esse

descontentamento do público em relação ao que alguns indicam como bom ou não para ser visto. Com tudo isso, quem sai ganhando é o público, que evidentemente terá — eu espero —, mais poder de decidir, para além da crítica, o que realmente é passível de fazer sucesso ou não no mundo do entretenimento.

Com já dito anteriormente, Operação - Arma Secreta não está preocupado em inovar, apenas que entregar uma boa história e isso já basta. Seu roteiro, escrito por Dawid Kowalewicz, em parceria com o diretor, é considerado uma bagunça pela crítica, mas na verdade tem elementos que agradam em cheio ao público, como, por exemplo, a agilidade dos acontecimentos, os conflitos e as perseguições. Além disso, a obra tem um leve tom policial, o que deixa a história ainda mais interessante.

O elenco é desconhecido pelo público brasileiro, mas conta com excelentes atores poloneses, com destaque para o ator Piotr Witkowski (como é difícil escrever esses nomes poloneses! — risos), que interpreta o protagonista da história. Talentoso, ele faz toda a diferença ao desenrolar da trama. Quem também rouba a cena é o vilão, interpretado por Jacek Koman e além deles outros atores também entregam excelentes interpretações, como Michalina Olszanska e Sebastian Stankiewi-

Vamos à trama! Um antigo combatente do terrorismo, Kiel, atua como mercenário ao lado irmão Piotr numa empresa militar privada na Polônia. Ao aceitar uma missão aparentemente simples, eles serão obrigados a enfrentar uma arma experimental perigosa que transforma as pessoas em assassinos selvagens. Quando essa arma afeta alguém próximo a Kiel, ele será movido por um profundo sentimento de vingança para pôr fim ao responsável por algo tão devastador.

Por que ver esse filme? O maior incentivo para assisti-lo, sem dúvida, é o fato de estar disponível no conforto do lar. Isso porque essa é uma obra no padrão "sessão da tarde", ou seja, feita para divertir e entreter sem exigir muito esforço por parte do expectador, o que tende a agradar. Além disso, ele vem cheio de suspense e ação, dois ingredientes que fazem esse tipo de filme alcançar bons resultados junto aos fãs. Por isso, se você não viu esse sucesso da Netflix, aproveite o fim de semana e comprove se todo o alarde em torno dele é justificável, ou se os críticos estavam certos e esse é apenas mais um caso de filme mediano que por algum motivo oculto caiu nas

graças do público. Boa sessão!





Um abraço apertado de toda a equipe do Jornal Noroeste a todos os pais que protegem, acolhem, amam e ensinam tanto a seus filhos!











www.jornalnoroeste.com Sexta-feira, 11 de Agosto de 2023

Administração Municipal de Atalaia atinge 91,40% de aprovação popular, aponta pesquisa

Levantamento encomendado pelo Jornal Noroeste, realizado pela Ágili Pesquisas, consultou cidadãos maiores de 16 anos de Atalaia utilizando método de amostragem quantitativa estratificada

Alex Fernandes França alexnoroeste@hotmail.com

De acordo com uma pesquisa de opinião pública, realizada pela Ágili Pesquisas e Marketing sob encomenda do Jornal Noroeste, a administração do Prefeito de Atalaia, Carlos Eduardo Armelin Mariani - Duda, apresenta alto nível de apoio da população, alcançando um índice de aprovação de 91,40%.

O levantamento foi baseado em uma amostra de 220 entrevistados que compõem os moradores das regiões investigadas, conforme dados do IBGE. Comparando com o levantamento anterior realizado em janeiro deste ano, nota-se um aumento na aprovação por parte dos cidadãos do município, tendo passado de 90,42% para 91,40%, representando um acréscimo de 0,98 pontos percentuais.

Em conversa com a reportagem do JN, o diretor do Instituto Ágili Pesquisas, Júlio César Depieri Sanches destacou: "Operamos com um alto padrão de segurança, permitindo uma análise completa dos tópicos abordados. Os resultados obtidos foram impressionantes. A gestão demonstrou excelência, eficácia e equilíbrio, com uma taxa



de aprovação superior a 90%. Realizamos pesquisas em várias cidades nos Estados do Paraná e São Paulo, entre outros, e é desafiador encontrar uma administração com tal grau de aprovação. Sem dúvida, é uma administração eficaz, comprometida em atender às necessidades dos mais necessitados, que são aqueles que mais dependem das ações governamentais", afirmou.

Aprovação

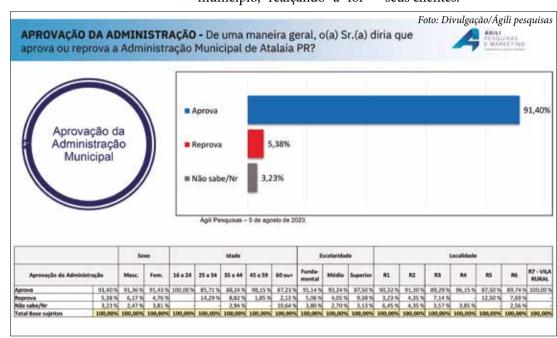
Com base nas informações coletadas, pode-se observar que a Administração Municipal de Atalaia recebeu aprovação de 91,40% dos residentes locais, enquanto 5,38% expressaram desaprovação e 3,23% optaram por não opinar ou não souberam responder. A aprovação pessoal do prefeito Duda também é alta, com 78,38% de confiança, 8,65% não confiam e 12,97% de indecisos ou não expressaram opinião.

Na cidade de Atalaia, o Governador Ratinho Júnior também conquistou uma avaliação positiva, com 70,97% da população expressando aprovação, 16,67% manifestando opinião contrária e 12,37% não tendo certeza ou optando por não responder.

Por sua vez, 51,08% dos atalaienses aprovam o governo do Presidente Lula, 41,94% reprovam e 6,99% não souberam ou não responderam os questionários.

Procurado pela equipe de reportagem, o prefeito expressou sua satisfação com os resultados alcançados, destacando a importância de reconhecer o comprometimento e esforço dos Secretários Municipais. Ele ressaltou também a colaboração entre a administração e a Câmara Municipal, que conta com a aprovação da comunidade. O prefeito estendeu seus agradecimentos aos cidadãos do município, realçando a força da união, assim como ao vice-prefeito José Carlos, um valioso colaborador e amigo. Além disso, ele expressou gratidão aos deputados estaduais e federais, essenciais como parceiros de Atalaia. O prefeito reafirmou o compromisso de continuar aprimorando diversos setores da cidade, mantendo uma postura firme e determinada.

Sediada em Londrina (PR), a Ágili Pesquisas e Marketing é especializada na realização de pesquisas eleitorais, de mercado e de opinião, além de oferecer orientação de marketing e consultoria para a tomada de decisões de seus clientes.





Maringá FC faz temporada histórica em 2023, mas é eliminado do Campeonato **Brasileiro Série D**

A equipe maringaense foi derrotada nas penalidades no último sábado (05/08) no estádio Willie Davids pelo Camboriú FC com o placar final de 5 a 6.

Um dos motivos a iniciar a escrita nesta coluna foi o Maringá FC, isto é, meu material de trabalho sempre foi a trajetória do clube nesta temporada. O placar final do jogo que eliminou o tricolor no tempo normal foi de Maringá FC 1 x 1 Camboriú FC. Já nas penalidades, o placar foi de 5 a 6. O jogo de ida tinha sido um empate em 0 a 0.

Todavia, a temporada do Maringá FC foi brilhante, histórica e gigante! O tricolor ganhou grande destaque e notoriedade no cenário nacional ao enfrentar e vencer o Flamengo em casa na terceira rodada da Copa do Brasil - jogo 1 de 2, em que o placar final foi de Maringá FC 2 x 0 Flamengo. O ano de 2023 certamente será lembrado pelo torcedor maringaense como aquele em que o clube venceu a equipe rubro-negra! Ainda que a partida de volta tenha sido desastrosa com o maior saldo de gols tomados na história do Maringá FC, a trajetória do time em toda a Copa do Brasil foi exímia e digna dos mais potentes elogios ao treinador Castilho e seus jogadores.

Escrever sobre a temporada de 2023 do Maringá FC destacando a Copa do Brasil é importante para entender todo o contexto até a sua eliminação. Foi a partir desta competição que a história do Maringá FC em 2023 começou a mudar drasticamente. Até então, no Paranaense, o tricolor tinha tido uma campanha exemplar chegando a semifinal da competição quando perdeu nos dois jogos (ida e volta) para o Athletico Paranaense. Encerrou a primeira fase em 4º lugar com 21 pontos, 6 vitórias, 3 empates e 2 derrotas em 11 jogos.

A partir do confronto de volta da Copa do Brasil contra o Flamengo no Maracanã, alguns dos melhores jogadores foram emprestados a outras equipes. Os reforços que vieram logo em seguida não corresponderam ao nível técnico daqueles que saíram. Nesse sentido, o técnico Jorge Castilho teve dificuldades em montar um novo time com as peças que tinham a sua disposição. A partir da competição do Campeonato Brasileiro série D, acompanhamos um time mais limitado fisicamente e tecnicamente, porém, conseguir o resultado positivo para a classificação entre os 4 primeiros, era o objetivo principal, e isso foi conquistado. O que levou o Maringá FC ao seu dia derradeiro foi o que o acompanhou durante todo o torneio, isto é, o ataque. Com uma das melhores defesas de seu grupo, e do campeonato - 8 gols sofridos, a equipe tricolor tinha o pior ataque obtendo apenas 13 gols

No entanto, é importante salientar que uma partida de futebol



é extremamente pesada aos jogadores, pois, estão expostos a erros, julgamentos da torcida, equipe técnica, diretoria. E, isso triplica em dias de decisão e cobranças de pênaltis, como foi o caso da eliminação do Maringá FC que possui um retrospecto ruim de eliminações nas penalidades: em 2014 e 2015, ambos pelo Londrina no estádio Willie Davids. Convém destacar a belíssima atuação da torcida durante toda a temporada que sempre apoiou e empurrou o time até o fim!

O Maringá FC se despede do sonho ao acesso a série C em 2023 com vários pontos a serem revisados e reavaliados para a próxima temporada em 2024, onde felizmente, terá calendário cheio: Paranaense, Campeonato Brasileiro série D e Copa do Brasil.

> Simony Ornellas Thomazini é psicóloga e estudante de jornalismo

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste

Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de Uniflor realiza Festa Julina



No último dia 13/07 tamento de Assistênjuntamente cia Social, realizaram grupo do PAIF, crianças com o CRAS e o Depar- a Festa Julina, para as e adolescentes do SCFV. Social, sra Salete Apa- fação com o sucesso da

famílias atendidas pelo

cipal

Assistência mostrou alegria e satis-

A Diretora Muni- recida Correa Bassi, festa. Foi uma tarde de muita alegria, músicas e comidas típicas.

맫

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocka Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545

CNOV-18 has are (2010) - 201

Gentle 2021 - 2020

Gentle 2021 - 2020

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

D MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Avenida
Rodule Portolo, 1,453, incorito no CAPJMP sob n.º 75,739,994(0001-09), neste ato
representado pode Prefeto Nunvigori, em pero evercico de seu mandato e funções, o
social MOACIR OLIVATII, e a pessoa jurídica abaixo descrita, resolve alterar o contrato,
confirme quadro alabixo;

SERGIM MACER OLIVATT, e a pessoa jurídica aboixo descrita, resolve alterar o contrato, confirmen quadro abaleso;

SEGUNDO TERMO Adélivo ao Contrato e e 0.140,7022, exterádo da Ata de Registro de Preços nº 220/2021, Presão nº 097/2021

Contratatujo, M.R.M. COLONIDO AUTO PEÇAS (NP) 11.588,967/0001-52

Oujerus. O presente turmo ocipcivo aumento do valer do Contrato nº 0.140/2022, estrado da Ata. de Rogistro de Preços nº 20/2021), crundo do Pegão nº 097/2021, de empresa MRJ. COLONIDO AUTO PEÇAS, consciusanciado da manuterição dos mismos valense contratuais fusiones promopado de vigência ordicada no Primero Termo Addito, conforme Oficio nº 136/1022, confocante os ofutures do art. 65 de la rir % 6/6/93 e solicitação da Secretaria fusione de conformationes de Vigência (SEGUNDO DE 2002).

PAGO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA, ESTADO DO PARANA, OLTO (08) DIAS DO MÉS DE ACOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRES (2023).



RESOLUÇÃO Nº 08/2023

Súmula: Dispõe sobre Nomeação de Comissão de Monitoramento e Avaliação, da Parceria Volumária, a ser firmada entre o município de Nova Esperança e a Organização da Sociedade Civil/Proponente Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE, para desenvolvimento do Projeto "Vida Arioa"

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.896 de 03 de Novembro de 2022 e,

Considerando que a Lei Federal n.º 13.019/2014 estabelece a necessidade da existência de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação, tratando-se de órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do

Considerando que compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI a deliberação sobre a aplicação dos recursos em programas, projetos e atividades voltadas às pessoas

Considerando a Resolução CMDP1 nº 07/2023, que aprovou a Inexigibilidade de Chaman Público;

Considerando a deliberação da plenária realizada em 08 de Agosto de 2023

Resolve:

Vagner Fagundes Dias e Maria Aparecida Antonio Alberton. Conselheiras representantes da área não governamental: Sheila Cizauri dos Santos e Renata Cizauri dos Santos, para comporem a Comissão de Monitoramento e Avaliação. Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação,

Art. 1º - Ficam nomeadas os Conselheiros representantes da área governamental: Guilherme

Nova Esperança, 08 de Agosto de 2023.

Guillerme Vagner Fagundes Dias Presidente do CMDPI



Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Nova Esperança Rua Romário Martins, 160 - Centro - CEP 87600-000

Fone (44) 3252-5242 - Nova Esperança - PR e-mail: cmdi@novaesperanca.pr.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 09/2023

Súmula: Dispõe sobre Nomeação de Fiscal da Sumula: Juspoe sorre Nomeação de Fiscai da Parceria Voluntária, a ser firmada, entre o município de Nova Esperança e a Organização da Sociedade Civil/Proponente Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE, para desenvolvimento do Projeto "Vida Ativa".

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.896 de 03 de Novembro de 2022 e.

Considerando que compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI a deliberação sobre a aplicação dos recursos em programas, projetos e atividades voltadas às pessoas idosas;

Considerando a Resolução CMDPI nº 07/2023, que aprovou a Inexigibilidade de Chaman Público:

Considerando a deliberação da plenária realizada em 08 de Agosto de 2023. Resolve:

Art. 1º - Nomear a Conselheira representante da área governamental: Marly Gerônimo, para fiscalizar a execução do objeto da Parceria Voluntária, a ser firmada, entre o município de Nova Esperança, e a Organização da Sociedade Civil/Proponente Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, para desenvolvimento do Projeto "Vida Ativa".

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação

Nova Esperança, 08 de Agosto de 2023.

Guillerme S. J. Dion
Guilherme Vagner Fagundes Dias Presidente do CMDPI



O Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o nº. 074/2023-PMNE, do tipo menor preço global, LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI, conforme específicado no Edital. Do Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de

Assessoria de Gestão Administrativa em Saúde para elaborar, capacitar, apresentar soluções para qualificar o serviço e a tomada de decisão, conforme solicitação da cipal de Saúde. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: a partir das 10 horas do dia 11/08/2023.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08 horas do dia 24/08/2023. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09 horas do dia 24/08/2023. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasilia (PP). LOCAL: www.bil.org.br "Acesso Identificado" Mais informações do Edital poderão ser obtidas na Unidade de Compras e Listações, no horário de expediente, de segunda a sexta feira, das 08h às 13h30min, na Avenida Rocha Pombo,





AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, no sistema de registro de preço, sob o nº. 075/2023-PMNE, do tipo menor preço por item, LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEL, conforme específicado no Edital.

Do Objeto: Registro de preço para futura contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de segurança ostensiva desarmada RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: a partir das 10

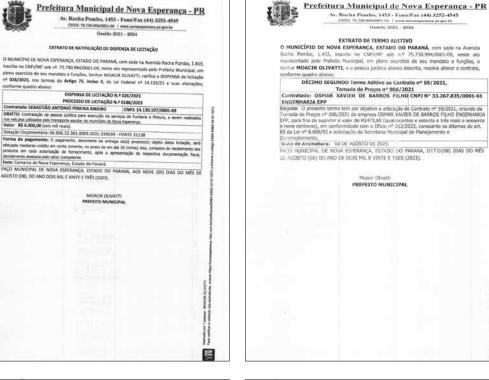
horas do dia 11/08/2023 ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08 horas do día 25/08/2023.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: as us noras do dia 25/08/2023.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09 horas do dia 25/08/2023.
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasilia (DF). LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado"
Mais informações do Edital poderão ser obtidas na Unidade de Compras e Licitações, no horário de expediente, de segunda a sexta feira, das 08h às 13h30min, na Avenida Rocha Pombo, 1453, telefone (44-3252 4545) — "email" licitacao@novaesperanca.pr.gov.br. e no site www.bll.org.br. Nova Esperança, 10 de agosto de 2023.

Moacir Olivatti

Prefeito Municipal









豐





Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

CNP3/MF: 78.206.513/0001-40

alterações e legidação persinerte, conforme quadro abaleo:

CONTRATO, Nº, 0.124/2023-PMNE,

INEXIGIBILIDADE Nº 67/2023

Contratado: DETRAN - DEPARTAMENTO DE TRANSITO

CND/MI

Data de Assinatura do contrato: 08 de agosto de 2023.











Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR





Sexta-feira, 11 de Agosto de 2023









JOÃO PÉRICLES MARTINATI, prefeito de Presidente Castelo

icipal e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

SEÇÃO I DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 1º. O Sistema de Registro de Preços - SRP para aquisição e locação de bens ou contratação de obras ou serviços, inclusive de engenharia, no âmbito do Poder Executivo Municipal, obedecerá ao disposto neste Regulamento.

Art. 2 °. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente: I - Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de Quando, peias caracteristicas do bem do serviço, nouver necessidade de contratações frequentes;
 Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou

em regime de tarefa; III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

IV - Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

§ 1º O Sistema de Registro de Preços, no caso de obras e serviços de engenharia, somente poderá ser utilizado se atendidos, cumulativamente, os sequientes raquisitas:

haja compromisso do órgão participante ou aderente de sa

ações necessárias à adequação do projeto padrão às la execução.

liaridades da execução.

§ 2º A ausência de previsão orçamentária sem a configuração dos demais requisitos dos incisos I ao IV do caput deste artigo não é motivo para a adoção do Sistema de Registro de Preços.



SUBSEÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

onsidera-se Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a de Administração e Gestão.

Parágrafo Único — Compete ao Prefeito Municipal, autorizar a instauração e homologar as licitações para formação dos registros de preços.

Art. 4 °. Compete ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinto:

1 - Registrar a intenção para registro de preços e comunicar às demais Secretarias, Órgãos ou Entidades da Administração pública para que manifestem seu interesse na aquisição de bens, contratação de obras ou serviços objeto de licitação para Registro de Preços, estabelecendo, quando to ro caso, número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenclamento; de gerenciamento;

II - Realizar pesquisa de preços para procedimentos iniciados no órgão

gerenciador, bem como definir a tabela de referência para obras e serviços de
engenharia, destacando os respectivos valores que serão licitados;

III - consolidar informações realistava à estimativa individual e total de consumo,

promovendo a adequação do respectivo projeto com vistas a atender os requisitos de padronização e racionalização; IV. Recusar os quantitativos considerados infimos; V. Promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório:

VI - Realizar ealizar o procedimento licitatório, bem como todos os atos dele ntes, tais como a assinatura da ata e sua disponibilização aos órgãos

VII - gerenciar a ata de registro de preços;
 VIII - conduzir os procedimentos relativos a eventuais revisões dos preços

nar quanto à adesão posterior dos que não manifestaram interesse periodo de divulgação da intenção para registro de preços; sinciar o registro das penalidades administrativas aplicadas previstas instrumento convocatório;

descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do

XI - verificar se os pedidos de realização de registro de preços, formulados XII - aplicar, garantidas a ampla defesa e o contraditório, as penalidades

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR

Rua José Peres Gonçales, 53 - Centro - CNPJ - 76 279 959/0001-70

CEP - 87, 180.000 - Fore: (44) 3135-000

Sito: www.presidentecastelobranco pr.gov.br orimento das obrigações contratuais, em relação ás suas próprias

Art. 5 º. A Secretaria, órgão ou entidade interessado poderá solicitar ao órgão gerenciador a realização de registro de preços específicos ou solicitar a inclusão de novos itens, encaminhando-lhe o Estudo técnico preliminar ou, não sendo o caso: I - Especificação do objeto; II - Estimativa de consumo; III - Local e prazo de entrega

§ 1º A pesquisa de mercado e cotações de preços, formando o preço máximo bem ou serviço deverá ser realizada pelo órgão gerenciador, na for estabelecida neste Regulamento, naqueles casos em que o procedimento pa registro de preços for iniciado pelo órgão gerenciador,

§ 2º A pesquisa de mercado e cotações de preços, formando o preço máximo do bem ou serviço poderá ser realizada pelo órgão participante na forma estabelecida neste Regulamento, quando o procedimento for por ele iniciado. § 3º Havendo alteração no quantitativo após a realização de procedimento público de intenção de registro de preços, o órgão gerenciador deverá analisar e revisar as cotações encaminhadas pelo órgão participante, levando em consideração a economia de escala.

Art. 6 °. Compete ao órgão ou entidade participante

Registrar o interesse em participar do registro de preços formalizando o esta de organización de procedimento licitatório;
 II - Garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente, no prazo estabelecido pelo dragão gerenciador;

formalizados e aprovados pela autoridade competente, no prazo establicados pelo órgão gerenciador.

III - por ocasião da manifestação de interesse, solicitar a inclusão de novos itens, que deverá ser foita no prazo previsto pelo órgão gerenciador;

IV - Tomar conhecimento da ata de registro de proços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

V - Emitir a ordem de compra, ordem de serviço ou contrato de forma coordenada com o órgão gerenciador, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de reoistro de proços;

e registro de preços; 1- assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR Peres Gonçales, 53 – Centro – CNPJ - 76.279.95 CEP - 87.180-000 – Fone: (44) 3136-0810 Site: www.presidentecastelobranco.pr.gov.br

informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem quanto á

sua utilização; VIII - zelar polos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidados decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais; VIII - Aplicar, garantidas a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Art. 7º. O processo licitatório para o Sistema de Registro de Preços será realizado na modalidade de concorrência ou de pregão, preferencialmente eletrônicos, do tipo menor preço ou de maior desconto, nos termos da Le Federal nº 14.133, de 2021 e do Regulamento Específico, previsto no Decreto

Art. 8º. O sistema de registro de preços poderá, na forma deste Regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.

Art. 9º. Além das exigências previstas no caput do art. 82, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o edital de licitação para Registro de Preços contemplará, no nhimmo, o seguinte:

- Estimativa de quantidades a serem adquiridas ou contratadas, segundo a conveniência e oportunidade, no prazo de validade do registro de preços;

Il - Indicação nominal dos órgãos e entidades participantes do respectivo registro

III - a possibilidade ou não, e o limite da adesão de outros órgãos e entidades:

Prazo de validade da ata de registro de preços; Previsão do cancelamento do registro de preços por inidoneidade reveniente ou comportamento irregular de fornecedor ou, ainda, no caso de stancial alteração das condições do mercado.

§ 1º O edital poderá admitir, como critério de julgamento, a oferta de maior desconto linear sobre planilha orçamentária ou tabela referencial de preços, inclusive para contratação do obras o serviços de engenharia, para o qual este critério será o preferencial; elaborada por órgão ou entidade de reconhecimento público, desde que tecnicamente justificado.



§ 1º O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem

§ 2º A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.

§ 3º Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante § 4º Será incluido, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licito

que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

O registro a que se refere o § 4º deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento polo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º de caput deste artigo.

 II - Se houver mais de um licitante na situação de que trata o § 4º de caput deste artigo, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e III - a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o § 4º de caput deste artigo, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

§ 5º A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.

§ 0º A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantdos o contraditório e a ampla defosa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

§ 7º Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços o nos termos do § 5º deste artigo, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos de instrumento convocatório.



preços, inclusive acrescimos do que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021

 \S 9º É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preço mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logistica

Art. 11. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de prechaver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativos registrados.

Art. 12. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

DAS ATUALIZAÇÕES PERIÓDICAS E DO CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 13. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do principe ou em decorrência de fatos imprevisiveis ou previsiveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução com pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Le Federa in º 4.13.3 de 2014. Lei Federal nº 14,133, de 2021.

Art. 14. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão geranciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

praticados pelo mercado serão liberados dos compromis aplicação de penalidades administrativas.



dução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços los.

Art. 15. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente

cado elevação que supostamente impossibilite o das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguin

I - A possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor da ata de registro de preços;

II - A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

§ 1º - A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor da ata de registro de preços, cabendo ao órgão perenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

§ 2º Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor confinuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

§ 3º Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço § 4º Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados son presendo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR Rua José Peres Gonçales, 53 - Centro - CNPJ - 76 279,959/0001-70 CEP - 87.180-000 - Fone: (44) 3135-0810 Site: www.presidente-astelobranco.pr.gov.br

rviços, pelo preço atualizado.

§ 5º Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assur penalidades administrativas

§ 6º Liberado o fornecedor na forma do § 5º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos caracterios estados en considerados.

§ 7º Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento

§ 8º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabiveis para a satisfação da necessidade administrativa.

Art. 16. O edital e a ata de registro de preços deverá conter cláusula que estabeleça a possibilidade de atualização periódica dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos. Do Cancelamento da Ata ou do Preço Registrado

Art. 17. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar

superior àqueles praticados no mercado; IV - Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de

V - Não aceitar o preço revisado pela Administração. Art. 18. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo

órgão gerenciador; I - Pelo decurso do prazo de vigência;

II - Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR Rua José Peres Gonçales, 53 - Centro - CNPJ - 76 279,959/0001-70 CEP - 87.180-000 - Fone: (44) 3135-0810 Site: www.presidente-castelotranco.pr.gov.br III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato

do principe ou em decorrência de fatos imprevisiveis ou previsiveis de consequências incalculáveis, que invitabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e IV - Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

Art. 19. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

SUBSEÇÃO VI DAS REGRAS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Art. 20. As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compria, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 21. Se o fornecedor convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, o órgão gerenciador poderá corroccar os demais fornecedores que tiverem aceitado fornecer os bens ou serviços com preços ígusis aos do licitante vencedor cadastro de reserva, na sequência da classificação, sem prejuizo das penalidades administrativas cabíveis.

Art. 22. Exaurida a capacidade de fornecimento do licitante que formulou oferta parcial, poderão ser contratados os demais licitantes, até o limite do quantitativo registrado, respeitada a ordem de classificação, pelo preço por eles aprosentados, desde que sejam compatíveis com o preço vigente no mercado, o que deverá ser comprovado nos autos. Art. 23. Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços

§ 2º A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços devera atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021



§ 3º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

§ 4º A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja i deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições incidentes sobre os contratos.

SUBSEÇÃO VII DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR SECRETARIAS, ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Art. 24. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá adeir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

sições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

§ 2º O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órg gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgã não participantes que aderiren

§ 3º Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes é futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

ngurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabe § 2º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 5º Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha



Art. 25. É permitida, mediante ato do dirigente máximo da Secretaria q emonstre a necessidade e a vantagem econômica, a adesão a atas de registro e preços gerenciadas pela Administração Pública dos Estados, do Distrito ideral e da União.

Art. 26 - Este Decreto entra em vigor em 10 de Agosto de 2023, revogadas as

Edificio da Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco/PR, 10 de Agosto





PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO CNPJ: 76.279.959/0001-70 Rua Jose Peres Gonçales, nº 53 - Centro - CEP: 87.180-000 Estado do Paraná

DECRETO Nº 713/2023.

O SF JOÃO PÉRICLES MARTINATI , PRÉFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO CO. ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E AUTORIZADO EL MUNICIPAL N° 1797/2022, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022;

DECRETA:

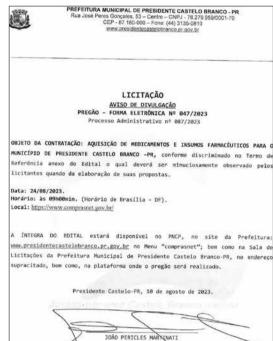
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no orçamento da Cámara
Municipal de Presidente Castelo Branco para o Exercício Financeiro de 2023, um Crédito
Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para a suplementar da s
seguintes dotações orçamentárias:

| 01 | LEGISLATIVO MUNICIPAL | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1010 | 1000 15.000,00 R\$ 100.000,00 Art. 2º - Como Recursos para atender a presente abertura de Crédito Adicional mencionada no Art. 1º, o Municipio usará a Fonte acima citada, perfazendo no valor R\$ 100.00,00 (cem mil reals), conforme precetua o inciso i do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, o municipio usará o superávit financeiro.

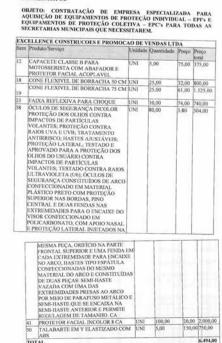
Município de Presidente Castelo Branco - 2022/2025, objeto da Lei Municipal 1144/21 e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, objeto da Lei Municipal 1166/22, os valores constantes no Art. 1º desta Lei, conforme demonstrátivo no valor de RS 100.000,00 (cem mil reais) conforme autorização disposta no art. 6º da Lei 1179/2022 (Lei Orçamentária Anual). Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revo Edificio da Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco, aos cito dias do mês de agosto de 2023.

Art. 3º - Autoriza o poder Executivo Municipal alterar no PPA - Plano PI









PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR
Rua José Peres Gençales, 51 - Centro - CND - 762-79 559:0001-70
CIP - 871:0000 - Frome (VI) 3115-0810
39990.ptcsidentecusielobratico pr. gov. br.

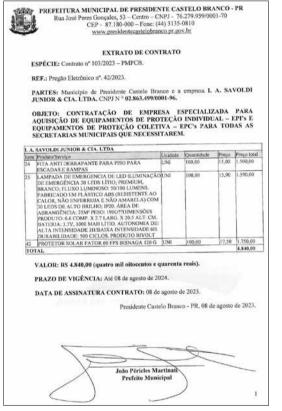
PARTES: Município de Presidente Cantelo Branco e a empresa EXCELLENCE CONSTRUCOES E PROMOCAO DE VENDAS LTDA. CNPJ N = 14.775,269/0001-54.

ESPÉCIE: Contrato nº 101/2023 - PMPCB.

REF.: Pregão Eletrônico nº. 42/2023.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 08 de agosto de 2024. DATA DE ASSINATURA CONTRATO: 08 de agosto de 2023. Presidente Castelo Branco - PR, 08 de agosto de 2023. -0 João Péricles Mart









PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR
Rua José Peres Gonçales, 53 - Centro - CNP1 - 76,279,959/0001-70
CEP - 87,180-000 - Fone: (44) 3135-0810
www.nresideniecastelobranco.pr.gov.br



JORNAL NOROESTE

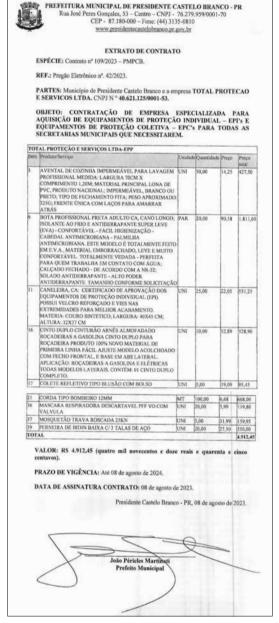


PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR Rua José Peres Gonçales, 53 – Centro – CNPJ - 76.279.959/0001-70 CEP - 87.180-000 – Fone: (44) 3135-0810



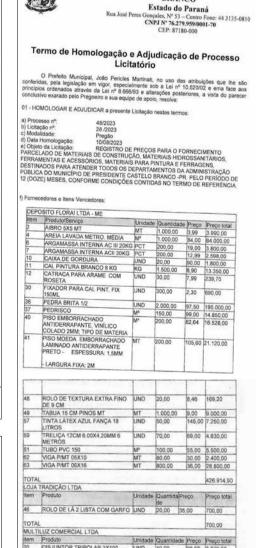
| EXTRATO DE CONTRA | anne. | | | |
|---|-------------------------------|------------------|---------------|-------------------|
| ESPÉCIE: Contrato nº 110/2023 – PMPCB. | VIO. | | | |
| REF.: Pregão Eletrônico nº. 42/2023. | | | | |
| PARTES: Municipio de Presidente Castelo Br DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ N° 49,089,156/000 DBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEC QUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA | I-37, ESI ÇÃO I – EP | ECIALI NDIVID | ZADA UAL - | PARA EPI's E |
| SECRETARIAS MUNICIPAIS QUE NECESSITAI | REM. | | | |
| ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA | Unidad | leQuantida | de Preço | Preço |
| AVENTAL NYLON EMBORRACHADO | UNI | 30,00 | 58,86 | total 1,765,80 |
| IMPERMEÁVEL. A VENTAL DESTINADO A SURVICOS QUE PRECISAM TER ACCLIDADO NA LIMIPEZA E PARA PROTIGIER A BOUFA PARA QUE NO MOZULE, A VENTAL LUBERE, COR BRANCE REFORÇADO, A VENTAL CONFECCIONADO NYLON PARAQUIDAD SEMIORRACITADO, COSTURAS REFORÇADOS: 100% IMPERMEAVEL; FACIE, LIMIPEZA, RESISTINTE A RANAS I SEMPERTURAS, ILMIPEZA, RESISTINTE A RANAS I SEMPERTURAS, VARIAR CONFERMENTO, PARA DEL PARA MINISOS. PRIENTI DINCA COM LAÇOR PARA ANÁS GUI PARA MINISOS. PRIENTI DINCA COM LAÇOR PARA ANÁS RAPERA PARA PARA VARIAR CONFERMENTO. | | | | |
| 26 LANTERNA COM BATERIA INTERNA RECARREGAVEL 12 LED DE LONGA DURABILIDADE BIVOLT 127V / 226V | UNI | 10,00 | 72,02 | 720,20 |
| TOTAL | _ | - | | 2.486,00 |
| VALOR: RS 2.486,00 (dois mil quatrocentos e oiten | | is reals). | | |



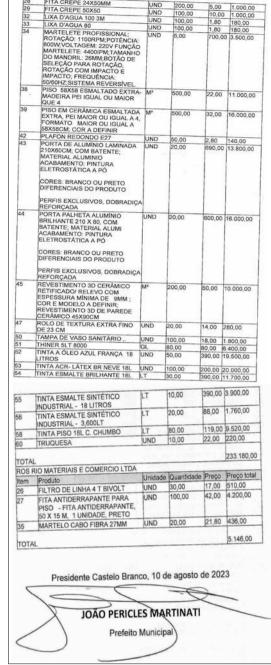


MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO

5.252,10



DESEMPENADEIRA AÇO DENTADA 12X24 DESEMPENADEIRA PVC 17X30 DESEMPENADEIRA PVC G/ ESPUMA DISCO CORTE DE METAL 7 PL DUCHA 127V 4T.



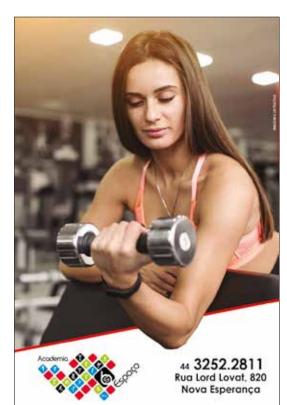
Polícia Militar efetua prisão por cumprimento de Mandado Judicial em Nova Esperança

Na última quarta-feira, (09), por volta das 18h20min, uma ação da Polícia Militar resultou na prisão de um homem de 41 anos no Centro de Nova Esperança. O indivíduo estava sendo procurado em razão de um Mandado de Prisão expedido pelas autoridades judiciais, relacionado a crimes graves como homicídio e roubo.

Segundo informações da Polícia Militar, a equipe realizava um patrulhamento de rotina quando avistou o suspeito em questão. Ao proceder com a abordagem e checar seus dados no sistema, constatou-se que havia um mandado de prisão em aberto em nome do homem.

O mandado judicial, emitido em decorrência de acusações de homicídio e roubo, indicava que o indivíduo estava sendo procurado pelas autoridades há algum tempo. Diante da situação, os policiais cumpriram o mandado de prisão e conduziram o suspeito à Delegacia de Polícia de Nova Esperança.

As autoridades não divulgaram mais detalhes sobre os casos de homicídio e roubo pelos quais o homem é acusado, nem se há conexões entre esses crimes. O suspeito permanece sob custódia na Delegacia de Polícia aguardando os procedimentos legais.



Sexta-feira, 11 de Agosto de 2023

Estado investirá R\$ 2,3 milhões em novas pesquisas sobre Energia Zero Carbono

O novo arranjo constitui uma iniciativa na qual universidades públicas, incubadoras, parques tecnológicos e empresas de base tecnológicas (startups) se unem com o objetivo de promover o desenvolvimento de produtos e processos que englobem esse conceito ligado à geração de energia elétrica sem a emissão de gases do efeito estufa.

O Governo do Estado, por meio da Fundação Araucária e da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), lançou nesta quinta--feira (10), na Universidade Estadual de Maringá (UEM), o Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação (Napi) Energia Zero Carbono (EZC). O investimento previsto é de cerca de R\$ 2,3 milhões.

O novo arranjo constitui uma iniciativa inovadora na qual universidades públicas paranaenses, incubadoras de empresas, parques tecnológicos e empresas de base tecnológicas (startups) se unem com o objetivo de promover o desenvolvimento de produtos e processos que englobem EZC. Integram este arranjo pesquisadores das universidades estaduais de Maringá (UEM), Londrina (UEL) e do Centro-Oeste (Unicentro), das federais do Paraná (UFPR) e Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), além do Instituto Federal do Para-



Governo do Estado investe mais de R\$ 2,3 milhões em pesquisas sobre Energias Zero Carbono

ná (IFPR).

O conceito de Energia Zero Carbono está diretamente ligado à geração de energia elétrica sem a emissão de gases que contribuam para a formação do efeito estufa. Zero carbono signi-

fica que não há emissão de gás nocivo na atmosfera na exploração de um produto ou serviço. São exemplos de fontes de energias renováveis para produção de eletricidade a eólica ou solar.

Segundo o articulador do

Napi, Ivair Santos, professor da UEM, ele pretende ser um polo difusor de uso racional de energia e do relacionamenuniversidades-empresas para transferência direta de tecnologia e estímulo à inovação, além da formação dos

alunos com viés empreendedor. "Com o arranjo vamos incorporar soluções tecnológicas zero carbono a produtos e serviços de empresas paranaenses. O Napi pretende contribuir efetivamente para o processo de transformação energética", enfatizou.

O secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldo Bona, destacou que uma das principais preocupações é gerar resultados práticos para a sociedade. "A inovação só acontece na medida em que a sociedade passa a ter acesso a algo novo produzido pela pesquisa. Estamos trabalhando para ordenar os ativos tecnológicos do Estado para, cada vez mais, produzir resultados que contribuam para o desenvolvimento do Paraná", comentou.

Para o reitor da UEM, Leandro Vanalli, o novo arranjo contribui para que a universidade esteja mais próxima da sociedade. "Temos feito um grande esforço de estar mais presente na sociedade e este projeto contribui muito para que isso aconteça", disse.

O diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da Fundação Araucária, Luiz Márcio Spinosa, explicou que a maior parte dos recursos são destinados a bolsas de pesquisa em diversos níveis. "Queremos formar novos pesquisadores. O Napi é um novo modelo de fomento. O que propomos é o envolvimento de inteligência e articulação para obter qualidade de vida por meio da

Segundo a Fundação Araucária, já são 57 Napis em andamento ou construção, envolvendo temas como nanotecnologia, bioinformática, Educação do Futuro e Inteligência Artificial para o Agro.

ciência", afirmou.

Informações sobre o Napi podem ser obtidas pelo e-mail napi_ezc@iaraucaria. pr.gov.br.

Agência Estadual de No-

Em primeiro voto no STF, Zanin vota a favor do juiz de garantias

Ministro defende implantação da medida em um ano

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou, nesta quinta-feira (10), a favor da implantação do mecanismo do juiz de garantias pelo Judiciário de todo o país. O modelo prevê que o magistrado responsável pela sentença não é o mesmo que analisa as cautelares durante o processo criminal.

No primeiro voto proferido

após a posse no STF, Zanin defendeu a implantação no prazo de um ano e afirmou que a efetivação do mecanismo vai mudar o rumo da Justiça brasileira para garantir julgamentos imparciais.

Antes de chegar ao tribunal, o ministro foi advogado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos processos da Operação Lava Jato e conseguiu provar a parcialidade do ex-juiz Sergio Moro, anulando as acusações.

"Estou convicto de que a existência do juiz de garantias poderá, efetivamente, mudar o rumo da Justiça brasileira, pois, ao garantir à população brasileira maior probabilidade de julgamentos imparciais e independentes, permite-se que o sistema penal seja potencialmente mais justo. A imparcialidade do juiz é o princípio supremo do processo penal".

O ministro também destacou que o mecanismo vai ajudar no combate a injustiças raciais no sistema penal.

"Há cerca de 650 mil pessoas presas no país. O encarceramento atinge majoritariamente jovens de até 29 anos, negros,

Foto: Rafa Kondlatsch | Itaipu Binacional

com baixo grau de escolaridade", concluiu.

O placar de votação está em 2 votos a 1 pela implantação do juiz de garantias. O julgamento foi suspenso e volta na próxima quarta-feira.

Além de Zanin, Dias Toffoli também se manifestou a favor do mecanismo. Somente o relator do caso, Luiz Fux, votou pela

implantação opcional pelos tribunais do país.

A adoção do juiz de garantias estava prevista para entrar em vigor no dia 23 de janeiro de 2020, conforme o Pacote Anticrime aprovado pelo Congresso Nacional. No entanto, foi suspensa por liminar de Fux. Agora, o Supremo julga o caso definitivamente.

Diretor-geral de Itaipu participa de evento do Pacto Global da ONU

Enio Verri disse que Itaipu tem compromisso histórico com a sustentabilidade e defendeu o compartilhamento de experiências.

O diretor-geral brasileiro de Itaipu Binacional, Enio Verri, acompanhou nesta quinta-feira (10) o 3° Encontro com CEOs: Ambição pelos ODS para a Década de Ação, iniciativa do Pacto Global das Nações Unidas, em parceria com outras instituições. O objetivo foi fortalecer o engajamento da alta direção das empresas a metas ambiciosas, relacionadas aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e estimular a integração da sustentabilidade à estratégia do negócio.

O evento teve transmissão ao vivo no canal do Pacto Global no Brasil, no Youtube, que tem quase oito mil inscritos. O endereço do canal é https://www.youtube. com/@pactoglobalbr.

Enio Verri lembrou que Itaipu tem um compromisso histórico, desde a fundação da empresa, com a sustentabilidade e o cuidado com as pessoas. "Antes mesmo de começar esse debate sobre os ODS, ou o modelo de gestão chamado ESG (Environmental, Social and Governance), Itaipu desenvolvia ações de sustentabilidade, mostrando ser vanguarda nesta prote-



ção", observou.

A empresa integra o Pacto Global desde 2009 e atua em diversas frentes para promover a segurança hídrica e energética e o desenvolvimento sustentável na área de influência do reservatório, grande parte alinhada aos ODS e à Agenda 2030. Entre essas ações, estão a recuperação das nascentes e proteção das bacias hidrográficas, incentivo a modos de produção e consumo sustentáveis, iniciativas para re-

duzir a emissão de gases do efeito estufa na agropecuária e a promoção da equidade de gênero e o combate à violência infantil.

"Nosso desafio agora é socializar as nossas experiências e aprofundar os nossos compromissos. E essas experiências podem ser aproveitadas por outras empresas, por outras organizações. Ao mesmo tempo, ao participarmos do Pacto Global, podemos aprender com

outras organizações práticas

que ainda não tenhamos desenvolvido e melhorar o nosso processo de gestão", declarou.

Pacto Global

O Pacto Global foi criado em 2000 pelo então secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, tornando-se a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo. A ação também tem o objetivo de contribuir para os avanços dos ODS e da Agenda 2030 da ONU.

Atualmente, a iniciativa tem

mais de 22 mil participantes, entre empresas, organizações da sociedade civil, universidades e poder público de 162 países. O Brasil é a segunda maior rede local do mundo com 2 mil membros.

A Itaipu

Com 20 unidades geradoras e 14 mil MW de potência instalada, a Itaipu Binacional é líder mundial na geração de energia limpa e renovável, tendo produzido, desde 1984, 2,9 bilhões de MWh. Em 2022, foi responsável por 8,6% do suprimento de eletricidade do Brasil e 86,3% do Paraguai. A empresa tem como missão "Gerar energia elétrica de qualidade com responsabilidade social e ambiental, contribuindo com o desenvolvimento sustentável no Brasil e no Para-

<u>Prefeitura Municipal de Santa Fé</u>

<u>AVISO DE LICITAÇÃO</u>

PREGÃO PRESENCIAL - Nº 049/2023-PMSF

I. OBJETO: Contratação de empresa especializada para SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO DE ARMAZAMENTO, GERENCIAMENTO, LEITURA DE PLACA SISTEMA SEGURANÇA EMVIDEOMONITORAMENTO 100% NUVEM, COM ACESSO VIA WEB E VIA APLICATIVOS PARA SISTEMA IOS E ANDROID, de acordo com as especificações dos itens detalhadas no Anexo 01 deste Edital.

II. PROTOCOLO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: dia 24 de agosto de 2023, das 08h15min às, 08h45min no protocolo Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé. III. REALIZAÇÃO: dia 24 de agosto de 2023 às 09h00min, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé, situada na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, centro. IV. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço Item"

Demais informações e cópia do Edital pelo fone: (44) 3247-1247 na Prefeitura Municipal de Santa Fé/PR, no Departamento de Licitações, no horário normal de expediente.

Santa Fé, 10 de agosto de 2023.

Rodrigo Camurra Pregoeiro Municipal Sexta-feira, 11 de Agosto de 2023

Prefeitura Municipal de Santa Fé

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 088/2023-PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR CONTRATADO: PARANÁ NORTE TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA - EPP RESUMO DO OBJETO: Registro de preços para aquisição fracionada de CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE (CBUQ).

VALOR TOTAL: R\$ 175.300,00 (cento e setenta e cinco mil e trezentos reais). DATA DA ASSINATURA: 08 de Agosto de 2023. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Rua Curitiba, 728 – E-mail sas.santafepr@gmail.com Fone: (44) 3247.1247 CEP – 86770-000 Santa Fé – Estado do Paraná

RESOLUÇÃO 012/2023

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho incremento temporário – Modalidade de Emenda Parlamentar 2038002/2023.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições que lhe refere a Lei nº 2.154/2021 e publicações posteriores, e CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 08 de agosto de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar Plano De Trabalho Incremento Temporário - Modalidade De Emenda Parlamentar de Nº 2038002/2023 da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Fé), período de execução Início: setembro/2023

Art. 2° - Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Santa Fé, 08 de agosto de 2023. Célia Christina Gabella nte do CMAS de Santa Fé



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS Rua Curitiba, 728 – E-mail sas.santafepr@gmail.com Fone: (44) 3247.1247 CEP – 86770-000 Santa Fé – Estado do Paraná

RESOLUÇÃO 013/2023

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho incremento temporário Modalidade de Emenda Parlamenta

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições que lhe refere a Lei nº 2.154/2021 e publicações posteriores, e CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 08 de agosto de 2023;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar Plano De Trabalho Incremento Temporário - Modalidade De Emenda Parlamentar de Nº 28740009/2023 da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Fé), período de execução: Início: setembro/2023

Art. 2° - Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação

Santa Fé, 08 de agosto de 2023. Célia Christina Gabella esidente do CMAS de Santa Fé



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS Rua Curitiba. ail.com Fone: (44) 3247.1247

CEP - 86770-000 Santa Fé - Estado do Paraná

RESOLUÇÃO 014/2023

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho do Centro de Promoção Humana de Santa Fé - CPHSF Modalidade de Emenda Parlamentar 202330920007

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições que lhe refere a Lei nº 2.154/2021 e publicações posteriores, e CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 08 de agosto de 2023:

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar Plano De Trabalho – Modalidade De Emenda Parlamentar de Nº 202330920007 do CPHSF (Centro de Promoção Humana de Santa Fé), período de execução:

Art. 2° - Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Santa Fé, 08 de agosto de 2023.



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS Rua Curitiba, 728 – E-mail sas.santafepr@gmail.com Fone: (44) 3247.1247 CEP – 86770-000 Santa Fé – Estado do Paraná

RESOLUÇÃO 015/2023

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho do Centro de Pro Humana de Santa Fé - CPHSF Modalidade de Emenda Parlam

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições que lhe refere a Lei nº 2.154/2021 e publicações posteriores, e CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 08 de agosto de 2023;

Aprovar Plano De Trabalho – Modalidade De Emenda Parlamentar de Nº

202328740009 do CPHSF (Centro de Promoção Humana de Santa Fé), período de execução: Início: setembro/2023 Término: setembro/2024

Art. 2º - Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Santa Fé, 08 de agosto de 2023. Presidente do CMAS de Santa Fé

Câmara Municipal de Santa Fé

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 011/2019

Pelo presente termo aditivo de contrato, as partes JORNAL NOROESTE AGORA LTDA, inscrito no CNPJ: 02.196.872/0001-00, com sede na Rua Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, 354, Sala 01, Nova Esperança, Paraná, e Câmara Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná, com sede na Rua Ponta Grossa, 504, Santa Fé, Paraná, CNPJ: 01.583.490/0001-69, resolvem aditivar o contrato original nos seguintes termos:

- Considerando que o Poder Executivo Municipal aditivou seu contrato nº 058/2019 prorrogando o prazo de vigência para o dia 17 de julho de 2024.
- 2- Considerando que o Poder Legislativo deve manter o mesmo órgão de imprensa oficial conforme orienta o Tribunal de Contas do Paraná
- 3- Fica aditivado o prazo do contrato $\rm n^{o}$ 011/2019 passando a sua vigência a valer até o dia 17 de julho de 2024.
- 4- Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato
- E, por estarem de pleno acordo sobre as estipulações, termos e condições deste instrumento, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Santa Fé, 07 de agosto de 2023. ADEILDO PEREIRA CARNAUBA JORNAL NOROESTE AGORA LTDA-ME

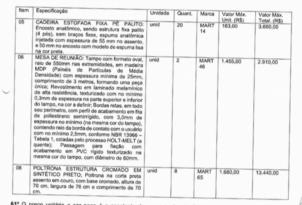
Prefeitura Municipal de Santa Fé

Pregão Nº 045/2023. VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SANTA FÉ, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, 717 — centro, no Município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefetto Município, Senhor Fernando Frambilla, Torsalieiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Rua João Bilha 303 no município de Santa Fé, portador da cédula de identidade nº 3.467.250-4 e inscrita no CPP/MFF sob o nº 025.792.829-47, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa ADRIANA DOS SANTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MFF sob o nº 29.890.362/0001-87, com sede na Avenida Mandacanu, 779, Salla 02, no Município de Maringá, Estado do Paraná, neste ato, representada por seu socia administradora, Sr- Adriana dos Santos, residente e domiciliada no município de Maringá, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade nº 5.412.260-0 — SSPIPR e inscrita no CPF/MF sob o nº 750.098.629-72, doravante denominada CONTRATADA, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira em razão do resultado finale e homologação da licitação pela modalidada Pregão Presencial, autuada sob o nº 045/2023, mediante as clâusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Registro de preços para aquisição fracionada de CADEIRAS, POLTRONAS, SOFAS E MESAS, de acordo com as especificações dos itens detalhadas no Anexo 01 deste Edital, para atender as socretarias municipais.



§1º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias.

"RACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX; (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL; SI – CEP 86 770-000

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de Registro de Ereço terá validade por 12 (doze) moses, contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo Único: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Prefeitura Municipal de Santa Fé não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornacimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SOLICITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO DO OBJETO: A solicitação e a verificação da entrega do objeto contratado ficarão a cargo dos setores competentes da Administração Municipal.

§1º A solicitação do(s) produto(s) será realizada pelo setor competente da Administração Pública Municipal, mediante a emissão da NAD - Nota de Autorização de Despesa que será enaminhada à Contratada, juntamente com o número do empenho, por meio eletrônico e-mail ou fax-símile, devendo ser comprovado o recebimento pola formeçadorá.

c) Dotação orçamentária onerada;
d) Valor;
\$2° A Contrata deverá entregar os produtos solicitados na Secretaria Municipal Solicitante – Paraná, no prazo de até
OT (setle) dias úteis contados da data de emissão da NAD - Nota de Autorização de Despesa expedida pela unidade
contratante, aos cuidados do(a) servidor(a) responsável pela solicitação, correndo por conta da Contratada todos
os custos e riscos relacionados com a execução e entrega do objeto solicitado.
\$3° A contratada é a única responsável por todos os custos e riscos relacionados com a execução e entrega dos
custos e riscos relacionados.

solicitados. scumprimento por parte da Contratada de qualquer condição estabelecida para a entrega dos produtos tivo de notificação imediata pelo Contratante, e, permanecendo o descumprimento, aplicação das

\$4** O descumprimento por parte da comratisate os uprespero companyo de compan

CLAUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até trinta días após a entrega fracionada do objeto, de acordo com as solicitações da Administração Municipal, mediante a apresentação da competente nota fiscal eletrônica, juntamente com as Certidões Negativas de Debito Federal, Trabalhista e FGTS, e (Certidão Negativa de Tribusa Municipals no caso de empresa secilada em Santa Fe), expedidaçado Contratada e em piena vigência, devidamente atestada pela administração, e em caso de devolução da mesma para correção, o prazo para pagamento fluir à a partir de sua reapresentação.
§1º A Tesouraria providenciará o respectivo pagamento, desde que os impostos federais do proponente estejam em día, e não haja nenhuma pendência tributaria com a Contratante.
§2º A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão da nota de empenho:

nota de empenho: 11.001.041220002.2.111.44.90.52.00.00 CLÁUSULA QUINTA - DOS REAJUSTES: Quanto ao reajuste dos preços registrados, será adotado o seguinte

procedimento. §1º Qualquer Iributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso. §2º Como intuito de garantir a plenar preservençado de equilibrio econômico-financeiro do contrato, assim definido como a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos à empresa com preços contratados pela / Administração e a remuneração correspondente recebida pela objeto loitado, fica assegurada a recomposição reajuste e atualização monetária dos preços constantes no Termo de Contrato.

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES, KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAINA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Prefeitura Municipal de Santa-Fê \$3° Para efeitos de concessão de recomposição, reajuste e atualização monetária à empresa, compreços contratados pela Administração, fica definido que será preservado o equilibrio econômico-financeiro estabalecido no instante em que a proposta foi formulada, em caráter final, pela empresa.

go "rara eleciso de concessado en el ecomposição, reaguste e aticalização monertaria a impresa consultario, contratados pela Administração, fica definido que será preservado o equilibrio econômico-financiero estabalem no instante em que a proposta foi formulada, em caráter final, pela empresa. ¿

4º Fica definido que haverá ensejo à aplicação de recomposição, atualização monetária, reajuste e garantia equilibrio econômico-financeiro diante da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequênci incalculadas, capazes de retardar ou impedir a execução do ajuste, ou ainda de casos de forçamaior, caso fortu ou fato do principe, com a configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual. \$5º Será defenda a aplicação de recomposição, atualização monetária e reajuste dos preços registrados contratados sempre que for verificado e devidamente comprovado pela empresa o rompimento do equilib econômico-financeiro.

icci-intariceiro. Giolitação da empresa deverá estar devidamente fundamentada e comprovar, de forma incontestável e giolitação da empresa deverá estar do equilibrio econômico-financeiro, salientando-se que a Administração recusar o pletio formulado mediante a ausáncia dos pressupostos necessários para o defenimento, dentre recusar o pletio formulado mediante a ausáncia dos pressupostos necessários para o defenimento, dentre

b) coorrência do evento causador do desequilibrio antes da formulação da proposta; c) ausência de vinculo de causalidade entre o evento ensejador do desequilibrio e a majoração dos encargos da empresa com preços registrados ou contratados; d) cupla exclusiva da empresa com preços registrados ou contratados pela majoração dos encargos, incluindose a previsibilidade da ocorrência dos eventos ensejadores.
§72º Fica expressamente previsto que, da mesma forma, poderá haver a redução do valor registrado e/ou contratado caso a Administração verifique a oscilação, para baixo, dos preços de mercado. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

sea congações de contratada: manter, durante a vigência desta Ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as ndições de habilitação e qualificações exigidas no respectivo Edital:

a) manter, durante a vigência desta Ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitaçõe equalificações exigidas no respectivo Edital;
b) Efetuar a entrega dos produtos conforme as solicitações da Administração Municipal e de acordo com as normas do Código de Defeas do Consumidor, Lei nº 8.07380, as condições de entrega, estabelecidas na Cidisusia Terceira, e as Normas Sanitárias de Transporte de Alimentos para Concue com com com casa com casa

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização será exercida pelo contratante, através do servidor responsável o Sr. Dalvan Tadeu Dourado, inscrito no CPF sob o nº. 066.106.389-37, pelo recebimento dos produtos, o qual poderá, junto ao representante da Contratada, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo 12 horas, serão objeto de comunicação oficial à Contratada, a qual submeter-se-á a pilicação das penalidades previstas na Cláusula Nona. Parágrafo Único: As solicitações, reclamoções, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado serão registradas pelo contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO: A rescisão do presente Termo Contratual poderá se dar nas condições previstas no Artigo 13 do Decreto Municipal nº 083/2022 e nos Artigos 77 a 80 da Lei Federal 8686/93, e suas

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 778-000
"Santa Fé. Capital da Fotografia"

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CLÁUSULA NONA — DAS PENALIDADES: A Contratada responderá perante o Contratante por todos- e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da presente Ata de Registro de Preço, seja por defeito decorrente do objeto solicitado e entregue, seja por infringência das disposições regulamentares. §1º Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções descritas nas alineas a seguir:

a) Advertência, em simples ocorrências não remissíveis a outras penalidades;

b) Multa nas formas previstas no parágrafo segundo desta cláusula;

c) Demais sanções previstas no Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993.

§2º Além das sanções previstas no alineas do parágrafo anterior, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes multas:

a) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Termo Contratual/Ata de Registro de Preço, no caso da Contratada fraudar na execução do objeto contratado, comportar-se de modo inidôneo e/ou cometer fraude fiscal.

b) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Termo Contratual/Ata de Registro de Preço, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, em como pelo formecimento irregular dos produtos solicitados;

c) Multa de 1% (um por cento) ao dia, até o 5º (quinto) dia de atraso na entrega dos produtos solicitados;

do objeto contratado,

§3º Considera-se fornecimento irregular o descumprimento nor parte de Contratado de nexecução total do objeto contratado.

produtos solicitados; após o 5° (quinto) dia de atraso na entrega dos produtos solicitados; após o 5° (quinto) dia de atraso na entrega dos produtos. §3° Considera-se fornecimento irregular o descumprimento por parte da Contratada de qualquer condição estabelecida para entrega dos produtos, conforme definido na Cláusula Terceira, bem como o não atendimento das especificações dos produtos entregues com as especificações detalhadas no Anexo 01 do referido Edital. §4° Em qualquer hipótese, a Contratada será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação. §5° No caso de aplicação de multa pela Administração Municipal, fica expressamente autorizado pela Contratada, nos termos do § 3° do Art. 86 da Lei Federal 8.686/1993, o seu imediato abatimento, em eventual

nos termos do § 3º do Art. 86 da Lei Federal 8.666/1993, o seu imediato abatimento, em eventual crédito existente, podendo ser retido em qualquer empenho, ainda que não relacionado com este instrumento, ou no caso de não haver saldo suficiente para o abatimento, o valor deverá ser recolhido aos cofres municipais, junto a Tescuraria da Administração Municipal, no prazo de quinze dias, contados a partir da data de notificação. §6º Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em divida ativa, devendo ser cobrado por via judicial. §7º As multas legais e as previstas neste Edital não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuizos que venha a acarretar ao contratante. §8º Dos atos da Administração Municipal decorrentes da aplicação de penalidade e/ou multa, caberá a Contratada a apresentação de recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

prazos ali fixados.

§9º Os recursos contra as decisões de aplicação de penalidade e/ou multa, devem ser dirigidos à Autoridade superior da Administração Municipal.

§10º Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-simile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em Lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada na Prefeitura Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná.

§11º As notificações/intimações de aplicação de penalidades serão publicadas, pela Administração Municipal, no órgão oficial do Municipio de Santa Fé, cuja data de publicação valerá como início do prazo recursal.

§12º Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortulo:

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná, para dirimir

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

§1º O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma. §2º Os Contratos, celebrados no prazo de validade da presente Ata, terão vigência máxima de 12 (doze) meses, observadas as disposições do Art. 57 da Lei 8.666/93 podendo ser alterados de acordo com o disposto no Art. 65 da Lei 7 8.686/93. 65 da Lei nº 8.666/93

so da Lei nº 8,666/93.
§3º A Administração Municipal não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições previstas na Ata de Registro de Preços.
§4º A Administração Municipal, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, determinar a gradativa redução ou aumento do fornecimento, até a elaboração de um novo contrato.

um novo confrato. §5º Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento. RACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONEJEAX: (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-00 "Santa Fé, Capital da Fotografia"

Prefeitura Municipal de Santa Fé egram a presente Ata, independente de transcrição, as condições estabelecidas na licitação respectivo ormas contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto pal nº 083/2022, as quais serão aplicadas aos casos omissos.

Santa Fé, 07 de agosto de 2023 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA FÉ ADRIANA DOS CONTRATADA: SANTOS:75009862972

ADRIANA DOS SANTOS LTDA FISCAL DO CONTRATO: Dalvan Tadeu Dourado CPF nº. 066.106.989-37

TESTEMUNHAS: 1 Notes Augusto do Parto 2 Lumb Drume.

Nome: CPF: 092381977.09 CPF: 504.771.205.20

Prefeitura Municipal de Santa Fé

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 061/2023 - PMSF

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SANTA FÉ, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, 717 – centro, no Município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municípal, Senhor Fernando Brambilla, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Rua João Bilha 303 no município de Santa Fé, portador da cédula de identidade nº 3.467.250-4 e inscrito no CPF/MF sob o nº 025.792.829-47, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa PAPERFLEX COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.299.558/0001-69, com sede na Rua Rocha Pombo, 2053, centro, no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, neste ato, representada por seu sócio administrador, Sr. Flávio Pereira garaluz, residente e domiciliada no município de Campo Mourão, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade nº 7.604.345-0 — SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 043.778.839-33, doravante denominada CONTRATADA, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira em razão do resultado final e homologação da licitação pelamodalidade Pregão Presencial, autuada sob o nº 045/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO: Registro de preços para aquisição fracionada de CADEIRAS, POLTRONAS, SOFÁS E MESAS, de acordo com as especificações dos itens detalhadas no Anexo 01 deste Edital, para atender as secretarias municipais.

| Item | Especificação | Unidade | Quant. | Marca | Valor Máx. Unit. (R\$) | Valor Máx. Total. (R\$) |
|------|---|---------|--------|----------------------------|---------------------------|----------------------------|
| 02 | CADEIRA MODELO DIRETOR: Altura parte da frente encosto com 50,5cm, Altura parte traseira encosto com 50,5cm, Altura total 102 cm, Altura braco medida interna com 27cm, profundidade do assento 51 cm, profundidade do assento 51 cm, profundidade do assento 51 cm, profundidade do adelar 56,5 cm, encosto em tela cadelar 56,5 cm, encosto em tela poliéster, apolo de braços em nylon, par de braços em nylon com regulagem de altura de 10 posições, peço máximor recomendado para até 110 kg., com pistão classe 3 na cor preta, 10 cm, preta, arranha de 320 mm em nylon BIFMA, tecido em poliéster no assento e encosto, entodor de la companio de son de la companio de la companio de son de la companio | unid | 60 | Blume Blmozz6d | 962,00 | 51.720,00 |
| 03 | SOFÁ DE 3 LUGARES NA COR PRETA: Estrutura do assento, encosto e da base em madeira maciça vedada com chapa de papelão; Possui molas do tipo percintas de borrachas sob assentos e encostos, proporcionando maior flexibilidade, maciez e durabilidade para a espuma; Assento composto por três almofadas em espuma laminada, densidade minima 045 de espessura mínima de 100 mm, formando uma poça única, marcado com detalhes na costura o revestimento; Encosto com almofada em espuma laminada, densidade mínima D38 e espessura mínima de 80 mm, formando uma peça única; Revestimento em couro ecológico. | unid | 2 | PL Poltronas Soft 3L | 1.346,00 | 2.692,00 |

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX; (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL; 51 – CEP 86 770-01
"Santa Fé. Capital da Fatografia"

<u>Prefeitura Municipal de Sanța Fé</u>

§1º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço o apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, com indenizatórios e rescisiórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatim §2º O valor total da ata de Registro de Preço é de R\$ 54.412,00 (cinquenta e quatro mil quatroc

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo Único: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Prefeitura Municipal de Santa Fé não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SOLICITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO DO

OBJETO: A solicitação e a venincipal de a definidad pelo setor competente da Administração Pública Municipal, §1º A solicitação do(s) produto(s) será realizada pelo setor competente da Administração Pública Municipal, mediante a emissão do NAD - Nota de Autorização de Despesa que será encaminhada à Contratada, juntamente com o número do empenho, por meio eletrônico e-mail ou fax-símile, devendo ser comprovado o recebimento colo formacedor(a).

lo fornecedor(a). Cada NAD - Nota de Autorização de Despesa conterá, no mínimo:

5) vaior;
§2º A Contrata deverá entregar os produtos solicitados na Secretaria Municipal Solicitante – Paraná, no prazo de até 07 (sete) dias úteis contados da data de emissão da NAD - Nota de Autorização de Despesa expedida pela unidade contratante, aos cuidados do(a) servidor(a) responsável pela solicitação, correndo por conta da Contratada todos os custos e riscos relacionados com a execução e entrega do objeto solicitado.
§3º A contratada é a única responsável por todos os custos e riscos relacionados com a execução e entrega do objeto solicitados.

dos produtos solicitados, \$4º O descumprimento por parte da Contratada de qualquer condição estabelecida para a entrega dos produtos será motivo de notificação imediata pelo Contratante, e, permanecendo o descumprimento, aplicação das sanções e multas previstas na Cláusula Nona. \$5º A Contratada é a única responsável pela qualidade e segurança do produto entregue, ficando obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados. \$6º O recebimento dos produtos encomendados não significará a respectiva aceitação, a qual será efetivada após a devida fiscalização quanto do atendimento das especificações e, em sendo o caso, após perícia e aprovação para uso.

após a devida fiscalização quanto do alcinum.

aportação para uso.

§7º A rejeição do objeto não justificará atrasos em relação ao prazo de entrega fixado.

§8º A presente relação contratual será regida pelo Código de Defesa do Consumidor, especialme tocante aos vicios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até trinta dias após a entrega fracionada do objeto, de acordo com as solicitações da Administração Municipal, mediante a apresentação da competente nota fiscal eletrônica, juntamente com as Certidões Negativas de Débito Federal, Trabalhista e FGTS, e (Certidão Negativa de Tributos Municipais no caso de empresa sediada em Santa Fé), expedidas pela Contratada e em plena vigência, devidamente atestada pela administração, e em caso de devolução da mesma para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação. §1º4 A Tesouraria providenciará o respectivo pagamento, desde que os impostos federais do proponente estejam em dia, e não haja nenhuma pendência tributária com a Contratante. §2º4 A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão da nota de empenho:

nota de empenho: 11.001.041220002.2.111.44.90.52.00.00

CLÁUSULA QUINTA - DOS REAJUSTES: Quanto ao reajuste dos preços registrados, será adotado o seguinte

§1º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

FLS.

Prefeitura Municipal de Santa Fé. CNPJ 76.291.418/0001-67

CNPJ 76.291.418/0001-07

disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso. \$2º Com o intuito de garantir a plena preservação do equilibrio econômico-financeiro do contrato, assim definido como a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos à empresa com preços contratados pela Administração e a remuneração correspondente recebida pelo objeio licitado, fica assegurada a recomposição, reajuste e atualização monetária dos preços constantes no Termo de Contrato.

§3º Para efelos de concessão de recomposição, reajuste e atualização monetária à empresa com preços contratados pela Administração, fica definido que será preservado o equilibrio econômico-financeiro estabelecido no instante em que a proposta foi formulada, em caráter final, pela empresa.

§4º Fica definido que haverá ensejo à aplicação de recomposição, atualização monetária, reajuste e garantio o equilibrio econômico-financeiro diante da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculadas, capazas de retardar ou impedir a execução do ajuste, ou ainda de casos de força malor, caso fortutio ou fato do príncipe, com a configuração de álea econômica extraordinária e reajuste dos preços registrados ou contratados empre que for verificado e devidamente comprovado pela empresa o rempiemento do equilibrio econômico-financeiro.

econômico-financeiro. \$6º A solicitação da empresa deverá estar devidamente fundamentada e comprovar, de forma incontestável e irrefutável, que houve o rompimento do equilibrio econômico-financeiro, salientando-se que a Administração poderá recusar o pleito formulado mediante a ausência dos pressupostos necessários para o deferimento,

poderá recusar o pleito formulado mediante.

al ausância de elevação dos encargos da empresa;

a) ausância de elevação dos encargos da empresa;

b) coorância de evento causador do desequilibrio entes da formulação da proposta;

c) ausância de vinculo de causalidade entre o evento ensejador do desequilibrio e a majoração dos encargos
cia empresa com preços registrados ou contratados;

d) culpa exclusiva da empresa com preços registrados ou contratados pela majoração dos encargos, incluindose a previsibilidade da ocorrência dos eventos ensejadores.

§7* Fica expressamente previsto que, da mesma forma, poderá haver a redução do valor registrado e/ou
contratado caso a Administração verifique a oscilação, para baixo, dos preços de mercado.

São obrigações da Contratada:
manter, durante a vigência desta Ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as
ndições de habilitação e qualificações exigidas no respectivo Edital;

condições de habilitação e qualificações exigidas no respectivo Edital;

b) Efetuar a entrega dos produtos conforme as solicitações da Administração Municipal e de acordo com as normas do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/90, as condições de entrega, estabelecidas na Calausula Terceira, e as Normas Sanitárias de Transporte de Alimentos para Consumo Humano; Assumir inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto contratado, diretamente por seu preposto e/ou empregado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento feito palo Contratante;

c) Comunicar ao Contratante todas as facilidades para a boa execução do objeto contratado, elegendo representante para acompanhar a entrega e conferência dos materiais e dirimir eventuais dividas a ele vinculadas, junto às Secretarias responsáveis;

e)Paralisar, por determinação de autoridade competente, qualquer fonecimento de produtos que estejam sob suspeita de contaminação ou condenado por autoridade sanitária;

f) A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

contrata en que se venera de empregados.

Il- Constitui-se en obrigações do Contratante:
a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da presente Ata;
b) Prestar as informações e os esclarecimentos relacionados à execução do objeto, que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;
c) Efetuar o pagamento pelo efetivo formecimento, dentro das condições estabelecidas na Cláusula Quarta;
d) Receber os materiais, na quantidade solicitada, assegurando-se das perfeitas condições de embalagem e normas de segurança, transporte e higiene, responsabilizando a Contratada por qualquer dano causado resultante da má qualidade do produto fornecido.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização será exercida pelo contratante, através do servidor responsável o Sr. Dalvan Tadeu Dourado, inscrito no CPF sob o nº. 066.106.989-37, pelo recobimento dos produtos, o qual poderá, junto ao representante da Contratada, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo 12 horas, será objeto de comunicação oficial à Contratada, a qual submeter-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula RACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO: A rescisão do presente Termo Contratual poderá se dar nas condições previstas no Artigo 13 do Decreto Municipal nº 083/2022 e nos Artigos 77 a 80 da Lei Federal 8666/93, e suas

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES: A Contratada responderá perante o Contratante por todos e CLÁUSULA NONA — DAS PENALIDADES: A Contratada responderá perante o Contratante por todos e quaisquor prejuizos de que for responsável em razão da assinatura da presente Ata de Registro de Preço, seja por defeito decorrente do objeto solicitado e entregue, seja por infringência das disposições regulamentares. §1º Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções descritas nas alineas a seguir.

a) Advertêncie, em simples cocráncias não remissiveis a outras penalidades;

b) Muita nas formas previstas no parágrafo segundo desta cláusula;

c) Demáis sanções previstas no Art. 87 da Loi Foderai nº 8.686/1993.

§2º Além das sanções, previstas nas alineas a de parágrafo anterior, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes muitas:

a) muita de 20% (vinte por cento) do valor total do Termo Contratual/Ata de Registro de Preço, no caso da Contratada fraudar na execução do objeto contratado, comportar-se de modo inidôneo e/ou cometer fraude fiscal.

 b) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Termo Contratual/Ata de Registro de Preço, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, bem como pelo fornecimento irregular dos produtos solicitados; o multa de 20 % (vinte por centro) do valor toda do Territo Contratado her o toda do percio contratado, her o como palo fornecimento irregular dos produtos solicitados; e) Multa de 1% (um por cento) ao día, até o 5º (quinto) día de atraso na entrega dos produtos, do valor total dos produtos solicitados; após o 5º (quinto) día de atraso na entrega dos produtos será considerado inexecução total dos contratados.

produtos solicitados; apus o o quanto, del contratado, del contratado, del contratado, especial de contratado, \$3º Considera-se fornecimento irregular o descumprimento por parte da Contratada de qualquer condição estabelecida para a entrega dos produtos, conforme definido na Cidusula Terceira, bem como o não atendimento das especificações dos produtos entregues com as especificações detalhadas no Anexo 01 do referido Edital. atritamiento das especimicações dos produtos timoguos com as especimicações de aminima no relecto Editado. \$4º Em qualquer hipótese, a Contratada será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05

so" no caso de apricação de muita pera Administração sumicipal, noa expressamente autorizado pera Contratada, nos termos do § 3" do Art. 86 da Lei Federal 8.666/193, o seu Imediato abatimento, em eventual credito existente, podendo ser retido em qualquer empenho, ainda que não relacionado com este instrumento, ou no caso de não haver saldo suficiente para o abatimento, o valor deverá ser recolhido aos cofres municipais, junto a Tesouraria da Administração Municipal, no prazo de quirze dias, contados a partir da data de notificação. §6" Espotados os meios administração motivida ativa, devendo ser cobrado por via judicial. §7" As multas legais e as previstas neste Edital não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante. §5" Dos atos da Administração Municipal decorrentes da aplicação de penalidade e/ou multa, caberá a contratada a apresentação de recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, observados os prazos ali fixados. §9" Os recursos contra as decisões de aplicação de penalidade e/ou multa, devem ser dirigidos à Autoridade superior da Administração Municipal. §10" Não serão conhecidos recursos envisados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em Lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada na Prefeitura Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná. §11" As notificações/intimações de aplicação de penalidades serão publicadas, pela Administração Municipal, no órgão oficial do Municipio de Santa Fé, cuja data de publicação valerá como início do prazo recursal. §12" Nonhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortulto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
§1º O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir
os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
§2º Os Contratos, celebrados no prazo de validade da presente Ata, terão vigência máxima de 12 (doze) meses,
observadas as disposições do Art. 57 da Lei 8.666/93 podendo ser alterados de acordo com o disposto no Art.

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Prefeitura Municipal de Santa-Fé

65 da Lei nº 8.666/93.

§3º A Administração Municipal não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigenciar constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições pravistas na Ata de Registro de Preços.

§4º A Administração Municipal, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, determinar a gradativa redução ou aumento do fornecimento, até a elaboração de um propo contrato.

da ata de registro de Freixos, de manda de moderna de manda de moderna de mod

Santa Fé, 07 de agosto de 2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA FÉ FLAVIO PEREIRA
GARALUZ-04377
883933

Assinuado de forme digital per
FLAVIO PEREIRA
GARALUZ-04377863933
Dadoi: 2023.08.08 14.30.19 CONTRATADA: PAPERFLEX COMERCIAL LTDA

FISCAL DO CONTRATO: TESTEMUNHAS: 1 Walky Juguto do Prado

(9238197709 CPF: 504. 777. 228. 20

Prefeitura Municipal de Santa Fé

Pregão Nº 045/2023. VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

No-

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SANTA FÉ, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, 717 – centro, no Município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municípal, Senhor Fernando Brambilla, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Rua João Bilha 303 no município de Santa Fé, portador da cédula de identidade nº 3.467.250-4 e inscrito no CPF/MF sob o nº 025.792.829-47, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa I. SILVA – EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO – EPP. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.230.568/0001-73, com sede na Rua Pref. Devete de P. Xavier, 1348, Fundos, no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná, neste ato, representada por sue sócio administrador, Sr. Ivo da Silva, residente e domiciliada no município de Campo Mourão, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade nº 3.015.771-0 – SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 414.132.969-04, doravante denominada CONTRATADA, resolvem registrar o preço dos irens relacionados na Cláusula Primeira em razão do resultado final e homologação da licitação pela modalidade Pregão Presencial, autuada sob o nº 045/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Registro de preços para aquisição fracionada de CADEIRAS, POLTRONAS, SOFÁS E MESAS, de acordo com as especificações dos itens detalhadas no Anexo 01 deste Edital, para atender as secretarias municipais.

| 01 | Especificação | Unidade | Quant. | Marca | Valor Máx. Unit. (R\$) | Valor Máx. |
|----|--|---------|--------|----------|---------------------------|--------------------------|
| | CADEIRA MODELO PRESIDENTE: Cadeira estofada com revestimento com coursismo na cor preta, assento com mola enseada, braços com revestimento comismo mecanismo relax estrela cromada, pistão cromedan por detalhes da costura do assento na cor producidade do assento 15 trm. largura do apoio de braço 8cm, altura do apoio de braço 8cm, altura do apoio de braço 15 cm, altura do apoio de braço 25 cm, altura do apoio de braço 26 cm, altura do apoio de braço 26 cm, altura do apoio de braço 25 cm, altura do apoio de braço 25 cm, altura do apoio de braço 26 cm, altura do apoio 27 cm, altura do 27 cm, altura d | unid | 5 | FRISOKAR | 1.280,00 | Total. (R\$) 6.400,00 |
| 04 | POLTRONA DIRETOR. BASE FIXA. CROMADA: Poltrona com espaldar médio. assento e encosto constituído em concha mica. Estrutura do em madeira multilaminada moldada em anatomicamente, com apoio lombar, a quente com pressão de 10 kg/fcm², conforme estabelecido nas NBR 14006 e NR-17, com espessura minima de 15 mm; Contracapa em paça única para encosto e assento confeccionada em madeira compensada com espessura minima de 6 mm, revestida em couro natural. | unid | 22 | HOSANAN | 897,50 | 19.745,00 |
| | MESA DE ESCRITÓRIO RETA: Com formato retangular, em madeira MDP (Painés de Partículas de Média Densidade) com espessura mínima de 25mm, formando uma peça única. Revestimento em laminado melamínico de alta resistência, texturizado com no mínimo 0,3mm de espessura na parte superior e inferior da superficie, na cor a | unid | 15 | VIANFLEX | 654,50 | 9.817,50 |

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDV. 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-990
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Prefeitura Municipal de Santa Fé

definir. Bordas retas, em todo seu perimetro, com perfil de acabamento em filas de pollestreno semirrigido, com 3,0mm de superficie), contendo raio de borda de contado com o usuário com no mínimo 2,5mm, conformo NBR 13966 – Tabela I, coladas pelo processo HOLT-MELT (a quente); Passagem para fisção com acabamento em PVC rigido texturzado na mesma cor do tampo, com dâmetro de 60mm. FLS.

§1º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada tem, bem como, para abetimento no preço por §2º O valor total da ata de Registro de Preço é de R\$ 35.962,50 (trinta e cinco mil novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo Único: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Prefeitura Municipal de Santa Fé não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica pera a a quisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SOLICITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO DO OBJETO: A solicitação e a verificação da entrega do objeto contratado ficarão a cargo dos setores competentes da Administração Municipal.

§1º A solicitação do(s) produto(s) será realizada pelo setor competente da Administração Pública Municipal, mediante a emissão da NAD - Nota de Autorização de Despesa que será encaminhada à Contratada jurtamente com o número do empenho, por meio eletrônico e-mail ou fax-símile, devendo ser comprovado o recebimento polo formacendoría).

pelo formecedor(a).

- Cada NAD - Nota de Autorização de Despesa conterá, no mínimo:
a) Número do Contrato e da respectiva licitação;
o) Quantidade e descrição do produto solicitado;
1) Dotação orçamentária onerada;
il Valor.

d) Valor, en comprehensa oriendos,
3 Valor, en comprehensa oriendos,
4 Valor, en comprehensa oriendos,
52º A Contrata deverá entregar os produtos solicitados na Secretaria Municipal Solicitante — Paraná, no prazo de
52º A Contrata deverá entregar os produtos de atata de emissão da NAD - Nota de Autorização de Despesa expedida pela
unidade contratante, aos cuidados do(a) servidor(a) responsável pela solicitação, correndo por conta da Contratada
53º A contratada é a única responsável por todos os custos e riscos relacionados com a execução e entrega do objeto solicitado.
53º A contratada é a única responsável por todos os custos e riscos relacionados com a execução e entrega
64º O descumprimento por parte da Contratada de qualquer condição estabelecida para a entrega dos produtos
54º O descumprimento por parte da Contratada de qualquer condição estabelecida para entrega dos produtos
55º A Contratada é a única responsável pela qualidade e segurança do produto entregue, ficando obrigada a
reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem
vicios, defeitos ou incorreções resultantes de aexecução ou de materiais empregados.
56º O recebimento dos produtos encomendados não significará a respectiva aceitação, a qual será efetivada
apos a devida fiscalização quanto do atendimento das específicações e, em sendo o caso, após perícia e
57º A rejeição do objeto não justificará atrasos em relação ao prazo de entresa firendo.

aprovação para uso.
§7º A rejeição do objeto não justificará atrasos em relação ao prazo de entrega fixado.
§8º A presente relação contratual será regida pelo Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal. CLÁUSULA QUARTA — DO PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até trinta dias após a entrega fracionada do objeto, de acordo com as solicitações da Administração Municipal, mediante a apresentação da competente nota fiscal eletrônica, juntamente com as Certidões Negativas de Débto Federal, Trabalhista e FGTS, e (Certidão Negativa de Tributos Municipais no caso de empresa sediada em Santa Fé), expedidas

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Prefeitura Municipal de Santa Fé

pela Contratada e em plena vigência, devidamente atestada pela administração, e em caso de devolução da mesma para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.
§1º A Tesouraria providenciarã o respectivo pagamento, desde que os impostos federais do propuente estelam dia, e não haja enchuma pendência tribularia com a Contratante.
§2º A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época de emembro: No_

CLÁUSULA QUINTA - DOS REAJUSTES: Quanto ao reajuste dos preços registrados, será adotado o seguinte

CLAUSULA QUINTA — DOS REAJUSTES: Quanto ao reajuste dos preços registrados, será adotator seguinte procedimento:
§1º Qualisquer tributos ou encargos legais críados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando coorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
§2º Como inutulo de garantir a plena presenvação de equilibrio econômico-financeiro do contrato, assim definido como a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos à empresa com preços contratados pela Administração e a remuneração correspondente recebida pelo objeto licitado, fica assegurada a recomposição, realjuste e atualização monetária à empresa com preços contratados pela Administração, fica definido que será preservado o equilibrio econômico-financeiro estabelecido no instante em que a proposta foi formulada, em caráfet final, pela empresa.
§4º Fica definido que haverá ensejo à aplicação de recomposição, atualização monetária, reajuste e garantia do equilibrio econômico-financeiro diante da superveniência de fatos imprevieiveis ou previsiveis de consequências incalculadas, capaizes de retardar ou impedir a execução do ajuste, ou ainda de casos de força maior, caso fortutio ou fato do príncipe, com a configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual. §5º Será deferida a aplicação de recomposição, atualização monetária e reajusto dos preços registrados ou contratados sempre que for verificado e devidamente comprovado pela empresa o rempimento do equilibrio econômico-financeiro.

snômico-financeiro.

* A solicitação da empresa deverá estar devidamente fundamentada e comprovar, de forma incontestável e ritutavel, que houve o rompimento do equilibrio econômico-financeiro, salientando-se que a Administração derá recusar o pleito formulado mediante a ausência dos pressupostos necessários para o deferimento, so irrefutável, que houve o romporto irrefutável, que houve o romporto podorá recusar o pleto formulado mediante a ausentame de la contra eles:

a) ausencia de elevação dos encargos da empresa;

a) ausencia de elevação dos encargos da empresa;

b) ocorrência de evencio causador do desequilibrio antes da formulação da proposta;

c) ausencia de vínculo de causalidade entre o evento ensejador do desequilibrio e a majoração dos encargos da empresa com preços registrados ou contratados pela majoração dos encargos, incluindose a previsibilidade da corrência dos eventos ensejadores.

§7º Fica expressamente previsto que, da mesma forma, poderá haver a redução do valor registrado e/ou contratado caso a Administração verifique a oscilação, para baixo, dos preços de mercado.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

I- São obrigações da Contratada:

a) manter, durante a vigência desta Ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no respectivo Edital;

b) Efetuar a entrega dos produtos conforme as solicitações da Administração Municipal e de acordo com as normas do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/80, as condições de entrega, estabelecidas na Cidusual Eraceira, e as Normas Sanitárias de Transporte de Alimentos para Consumo Humano-Assumir Inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceira, e coorrantes de dodo ou culpa na execução do objeto contratado, diretamente por seu preposto e/ou empregado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento feto pelo Contratante;

c) Comunicar ao Contratante dos alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social;

d) Proportionar ao Contratante todas as facilidades para a boa execução do objeto contratado, elegendo representante para acompanhar a entrega e conferência dos materiais e difimir eventuais divividas a elevinculadas, junto às Secretarias responsáveis;

e) Paralisar, por determinação de autoridade competente, qualquer fornecimento de produtos que estejam sob suspeita de contaminação ao condenado por autoridade sanitária;

f) A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, o)¢tjeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

contrato em que se vermantante contratante en empregados.

Il- Constituí-se em obrigações do Contratante:
a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da presente Ata;
b) Prestar as informações e os esclarecimentos relacionados à execução do objeto, que venham a ser
PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 — FONE/FAX (44) 3247 1247 — CAIXA POSTAL: SI — CEP 86 778-869

"Santa Pé, Capital da Fotografia"

Prefeitura Municipal de Santa Fé

contratación de la pagamento pelo efetivo fornecionento, dentro das condições estabelecidas na Cláusula de la pagamento pelo efetivo fornecionento, dentro das condições estabelecidas na Cláusula de la pagamento pelo de la pagamento de la

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização será exercida pelo contratante, através do ser cicaustra ser ima — DA Fisocalização: A liscalização será exercida peir contineatera, responsável o Sr. Dalvan Tadeu Dourado, inscrito no CPF sob o nº. 066.106.999-37, pelo recobilmento dos produtos, o qual poderá, junto ao representante da Contratada, solicitar a correção de eventuais falhas ou regularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no praze 12 horas, serão objeto de comunicação oficial à Contratada, a qual submeter-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO: A rescisão do presente Termo Contratual poderá se dar nas condições previstas no Artigo 13 do Decreto Municipal nº 083/2022 e nos Artigos 77 a 80 da Lei Federal 8666/93, e suas

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES: A Contratada responderá perante o Contratante por todos e quaisquer prejuizos de que for responsável em razão da assinatura da presente Ala de Registro de Preço, seja por defeito decorrente do objeto solicitado e entregue, seja por infringência das disposições regulamentares. §1 Pola inexecução total ou parcial do objeto contratado a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções descritas nas alineas a seguir:
a) Advertência, em simples ocorrências não remissiveis a outras penalidades;
b) Multa nas formas previstas no parágrafo segundo desta cláusula;
c) Demais sanções previstas no Art. 87 da Lei Federal nº 8.686/1993.
§2º Além das sanções, previstas nas alineas do parágrafo anterior, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes multas:
a) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Termo Contratual/Ata de Registro de Preço, no caso da Contratada fraudar na execução do objeto contratado, comportar-se de modo inidôneo e/ou cometer fraude fiscal.

Contratada fraudar na execução do objeto contratado, companios fiscal.

fiscal.

b) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Termo Contratual/Ata de Registro de Preço, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, bem como pelo fornecimento irregular dos produtos solicitados; total ou parcial do objeto contratado, bem como pelo fornecimento irregular dos produtos, do valor total dos

total ou parcial do objeto contratado, bem como pelo formecimento irregular dos produtos solicitados; c) Multa de 1% (um por cento) ao día, até o 5º (quinto) día de atraso na entrega dos produtos, do valor total dos produtos solicitados; após o 5º (quinto) día de atraso na entrega dos produtos será considerado inexecução total do objeto contratado. go objeto contratado.
35º Considera-se fornecimento irregular o descumprimento por parte da Contratada de qualquer condição estabelecida para a entrega dos produtos, conforme definido na Cláusula Terceira, bem como o não atendimento das especificações dos produtos entregues com as especificações detalhadas no Anexo 01 do referido Edital.

§4º Em qualquer hipótese, a Contratada será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 §4º Em quarquer injoriese, e comanda de notificação. (cinco) dias úteis, contados de notificação. §5º No caso de aplicação de multa pela Administração Municipal, fica expressamente autorizado pela Contratada, nos termos do § 3º do Art. 86 da Lei Federal 8.666/1993, o seu imediato abatimento, em eventual

Contratada, nos termos do § 3º do Art. 86 da Lei Federal 8.666/1993, o seu imediato abatimento, em eventual crédito existente, podendo ser retido em qualquer empenho, ainda que não relacionado com este instrumento, un o caso de não haver sado sufficiente para o abatimento, o valor deveré ser recebido aos cofres municipais, junto a Tesouraria da Administração Municipal, no prazo de quinze dias, contados a partir da data de notificação. 68º Espotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em divida ativa, devendo ser cobrado por via judicial. 57º As multas legais e as previstas neste Edital não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou projutzos que venha a acarretar ao contratante. 88º Dos atos da Administração Municipal decorrentes da aplicação de penalidade e/ou multa, caberá a Contratada a apresentuação de recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/83, observados os prazos all fixados. 99º Os recursos contra as decisões de aplicação de penalidade e/ou multa, devem ser dirigidos à Autoridade superior da Administração Municipal. 510º Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em Lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada na Prefeitura Municipal de Santa F-6, Estado do Paraná. 511º As notificações/intimações de aplicação de penalidades serão publicadas, pela Administração Municipal, no órgão oficial do Municipó de Santa F-6, Cuju data de publicação valerá como início do prazo recursa.

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-090
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Santa Fé, Estado do Pa

ÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
§1º O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir
os termos contratusis assinados até a data de vencimento da mesma.
§2º OS Contratos, celebrados no prazo de validade da presente Ata, terão vigência máxima de 12 (doze) meses,
observadas as disposições do Art. 5º da Lei 8.666/93 podendo ser alterados de acordo com o disposto no Art.
6º da Lei nº 8º 666/93.
§3º A Administração Municipal não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência
constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas específicações
e condições previstas na Ata de Registro de Preços.
§4º A Administração Municipal, ao seu exclusivo critário, poderá, durante os útilimos 30 (trinta) dias de vigência
da ata de Registro de Preços, determinar a gradativa redução ou aumento do fornecimento, até a elaboração de
um novo contrato.

um novo contrato. \$5° Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa \$5° Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrator e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento. \$6° Integram a presente Ata, independente de transcrição, as condições estabelecidas na licitação respectiva e as normas contidas na Lei Federal nº 6.669(3° a elterações posteriores, Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº (83/2022, as quais serão aplicadas aos casos omissos.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA FE CONTRATADA:

I. SILVA – EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO – EPP

FISCAL DO CONTRATO: TESTEMUNHAS: 1 Wesley Auguste de Prado 092 381977509 Nome: CPF: 7 04. 177 223-200

Prefeitura Municipal de Santa Fé

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 090/2023-PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé - PR

CONTRATANTE: Prefettura Municipal de Santa Fe – PR
CONTRATANDO: LIGA DE FUTSAL VALE DO PIRAPÓ
RESUMO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, para os eventos esportívos do Município, de acordo com as
especificações dos itens detalhadas no Anexo 01 deste Edital, para atender a secretaria de Educação.
VALOR TOTAL: RS 126.037,00 (cento e vinte e seis mil e trinta e sete reais). DATA DA ASSINATURA: 08 de agosto de 2023. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Conselho Municipal de Saúde de Santa Fé

Fonefax: (44) 3247-1426 E-mail: smssantafe@hotmail.cc Santa Fé/Paraná

RESOLUÇÃO Nº 05, de 07 de Agosto de 2023, do Conselho Municipal de Saúde do Município de

Delibera em reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Santa Fé a Aprovação da PAS – Programação Anual de Saúde relativa ao exercício de 2023 e que prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Santa Fé, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, regulamentada pelo Decreto 7.509 de 2011, pela Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 2,086 de 12 de Junho de 2019 que altera a Lei Municipal de nº 1.733 de 30 de Agosto de 2013;

Art. 1º - Aprovar em reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Santa Fé a PAS - Programação anual de saúde relativa ao exercício de 2023, com inserção das metas aprovadas na XIV Conferência Municipal de Saúde do Município de Santa Fé.

Santa Fé, 07 de Agosto 2023



Alessandra Gristina Zacarias

Conselho Municipal de Saúde de Santa Fé Santa Fé/Paraná

Lacanors

RESOLUÇÃO Nº 06, de 07 de Agosto de 2023, do Conselho Municipal de Saúde do Município de

Delibera em reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Santa Fé a Aprovação da PAS – Programação Anual de Saúde relativa ao exercício de 2024 e que prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Santa Fé, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, regulamentada pelo Decreto 7.509 de 2011, pela Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 2.086 de 12 de Junho de 2019 que altera a Lei Municipal de nº 1.733 de 30 de Agosto de 2013;

Art. 1º - Aprovar em reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Santa Fé a PAS - Programação anual de saúde relativa ao exercício de 2024, com inserção das metas aprovadas na XIV Conferência Municipal de Saúde do Município de Santa Fé.

Santa Fé, 07 de Agosto 2023.



Dacarias Alessandra Cristina Zacarias

Conselho Municipal de Saúde de Santa Fé Fonefax: (44) 3247-1426 E-mail: smssantafe@hotmail.com

Santa Fé/Paraná

RESOLUÇÃO Nº 07, de 07 de Agosto de 2023, Santa Fé.

Delibera a aprovação do Plano Municipal de Saúde de Santa Fé - Período

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Santa Fé, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, regulamentada pelo Decreto 7.509 de 2011, pela Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 2,086 de 12 de Junho de 2019 que altera a Lei Municipal de nº 1.733 de 30 de Agosto de 2013;

Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal de Saúde de Santa Fé - Período 2022 a 2025, com inserção das metas aprovadas na XIV Conferência Municipal de Saúde

Rodrigo dos Reis Pantaleão de Saúde

lessandra Cristina Zacarias Secretária de Saúde

Prefeitura Municipal de Santa Fé

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - Nº 053/2023-PMSF I. OBJETO: Contratação de empresa especializada para

fornecimento parcelada, montagem e execução de FOGOS DE ARTIFICIO, conforme especificações do Anexo I que é parte integrante do presente Edital, podendo ou não atingir a totalidade II. PROTOCOLO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE

PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: dia 25 de agosto de 2023, das 08h15min às, 08h45min no protocolo do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé.

III. REALIZAÇÃO: dia 25 de agosto de 2023 às 09h00min, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé, situada na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, centro. IV. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço Item"

Demais informações e cópia do Edital pelo fone: (44) 3247-1247 na Prefeitura Municipal de Santa Fé/PR, no Departamento de Licitações,

no horário normal de expediente. Santa Fé, 10 de agosto de 2023.

> Rodries Corwers Rodrigo Camurra Pregoeiro Municipal





Família linda da empresária **Deise Previato**, diretora da Ótica Popular, que conquistou o seu espaço dentre as empresas consolidadas de Nova Esperança, com diversidade de produtos, preços acessíveis com atendimento cordial e personalizado

Comemorando
idade nova,
o empresário **Kelvi Kruli**,
sócio diretor da
Garra Sistemas
de Segurança.
Na ocasião o
aniversariante
recebeu os
parabéns de
familiares, amigos
e colaboradores





Representando a família Gilio no aniversário de Atalaia, dr. **Cesar Gilio** e sua linda família prestigiaram o grandioso evento Atalaia Rodeio 2023 que mobilizou toda a região em direção aquele município



Rodeado pelo carinho de sua família, demais familiares, amigos e colaboradores, **Raphael Radade** comemorou idade nova, recebendo os mais sinceros votos de vida longa e felicidades deste colunista



Notícias que fazem o Paraná avançar cada vez mais.



Governo está substituindo todas as salas de aula de madeira

O Estado do Paraná investe **R\$ 100 milhões** na educação. As **400 salas de aula** de madeira serão substituídas com **material moderno e ecológico**.



Banco de Alimentos Comida Boa já distribuiu mais de três mil toneladas de alimentos

O programa distribuiu para 300 entidades beneficiadas mais de 3.000 toneladas de alimentos gratuitamente, somente neste primeiro semestre.

Para mais informações, acesse: parana.pr.gov.br ou o governoparana.

Paraná. Terra de gente que trabalha e cuida.

